



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSB - 02: Doutor Luciano - Reni Pereira.

**Nº 062 CURITIBA, QUARTA-FEIRA,
EM 20 DE AGOSTO DE 2003 ANO
XXIX**

Ato da Presidência:

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

ATO DE PRESIDENTE Nº 09/2003

constituído o Bloco Parlamentar Silvicultor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, composto por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, e aprovado em 18 de agosto de 2003, de autoria dos senhores deputados Hermas Brandão, Plauto Miró Guimarães, Alexandre Curi, Nelson Garcia, Marcos Isfer, Nelson Justus, Duílio Genari, Delegado Bradock e Valdir Rossoni, que deverá atuar em defesa do setor silvicultura do nosso Estado, realizando fóruns, seminários, simpósios, em conjunto com as demais comissões técnicas da Assembléia Legislativa e instituições representativas do setor, existentes no Estado do Paraná e no Brasil, com trabalhos até o final da presente Legislatura.

~~Palácio XIX DE DEZEMBRO, EM 19.08.2003.~~

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 062ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2003

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Jocelito Canto e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fon-

seca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se em licença a senhora deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 124-P/MC, do senhor Ministro Maurício Corrêa, presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2644, onde o requerente é o governador do Estado, e a requerida é a Assembléia Legislativa do Estado, foi julgada, por unanimidade, procedente a ação e declarada a inconstitucionalidade da Lei Estadual Paranaense nº 13.279, de 11 de outubro de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1394/2003-OE, do senhor Celso Rotoli de Macedo, desembagador relator do Tribunal de Justiça do Estado, comunicando que no Agravo Regimental Cível nº 140898-4/01, oriundos do Mandado de Segurança nº 140898-4, de Curitiba, em que figuram como Impetrante Delmo Raul Passoni e impetrado o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, foi deferida a medida liminar pleiteada. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº GAB/SARC/345/2003, do senhor Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo - substituto, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou os recursos do convênio com a Associação Leite Oeste - ALO/PR, cuja identificação é de nº

MAPA/SARC/ nº 033/2003, no valor de R\$14.229,60.
Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 79/2003, do senhor Tiago Pereira Lima, diretor do Departamento de gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, encaminhando cópias das planilhas informando a transferência de recursos para o(s) Fundo(s) Municipal(is) de Assistência Social/PR, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2002 no(s) mês(es) indicado(s) na(s) mesma(s) para o município de Mirador. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 79/2003, do senhor Tiago Pereira Lima, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, encaminhando cópia das planilhas informando a transferência de recursos para os Fundos Municipais de Assistência Social/PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2003 nos meses indicados nas mesmas. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações:

INDICAÇÃO 73/2003

Exmo. Sr. governador do Estado e secretário de Estado da Segurança Pública:

O deputado estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação da Delegacia da Mulher na cidade de Telêmaco Borba.

2 - A Delegacia da Mulher na cidade de Telêmaco Borba terá como competência o atendimento aos crimes que envolvem diretamente a mulher, como forma de proteção direta aos direitos da mulher.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Salienta-se que na cidade de Telêmaco Borba, o atendimento aos delitos envolvendo mulheres tem sido uma constante, contudo a delegacia de Polícia que atualmente é responsável pelo atendimento não tem dado conta da demanda local, tendo em vista a falta de estrutura e de pessoal para atender aos delitos comuns, que cumulados com os delitos em que são vítimas as mulheres, acaba por ficar significativamente com o atendimento debilitado.

Nestes termos, justifica-se a criação da Delegacia da Mulher na cidade de Telêmaco Borba.

INDICAÇÃO 74/2003

Exmo. Sr. governador do Estado:

O deputado estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação do Instituto Médico Legal na cidade de Telêmaco Borba.

2 - O Instituto Médico Legal terá como competência territorial os municípios de Imbaú, Reserva, Hortigueira, Curiúva, Tibagi, Ventania, Figueira e Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Salienta-se que a região de Telêmaco Borba, compreendendo as cidades de Imbaú, Reserva, Hortigueira, Curiúva, Tibagi, Ventania, Figueira, atualmente são atendidas pelo IML de Ponta Grossa, o que causa um grande desgaste aos familiares que necessitam de liberação de corpo, bem como às vítimas de crimes que precisam ser submetidas a exames, devido à distância a ser percorrida.

Deve ser considerado também que o IML de Ponta Grossa não possui equipamento suficiente para dar o atendimento a uma região tão grande, pois conseqüentemente o número de pessoas a serem atendidas é bem maior, ocasionando filas e até mesmo falta de atendimento.

Cabe ressaltar que as cidades envolvidas nesta indicação encontram-se, a mais distante, a aproximadamente 200 km de Ponta Grossa, distância esta muito elevada quando se pensa em atendimento emergencial, visto que o resultado de um exame pode significar a prisão de um réu de demais situações a serem atendidas.

A população daquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam estar amparados na eminência de situações indesejadas, aquela região da mesma forma clama por um IML na cidade de Telêmaco Borba.

Neste termos, justifica-se a criação do IML na cidade de Telêmaco Borba.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1665

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 420/2003 que declara de Utilidade Pública o Lions Clube Apucarana Vitória Régia, com sede e foro no município de Apucarana, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1708

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 385/2003, altera a Redação da Lei nº 11.019, de 28 de dezembro de 1994, que alterou a Lei nº 7.811. (Tabelas de Serviços do Detran).

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1709

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº

384/2003, que altera o anexo único da Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002. (Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná).

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1667

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 326/2003 de minha autoria, que solicita o prédio do 3º Distrito da Polícia Civil do Jardim Bandeirantes em Londrina, para a construção de um Centro Cultural.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1671

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja destinado horário na Sessão Plenária, no próximo dia 22 de setembro do corrente ano, para homenagear a Polícia Civil, em comemoração aos 150 anos da criação da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1705

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER, após a oitiva do Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para se ausentar, em virtude de viagem oficial a ser realizada entre os dias 15 a 25 de setembro do corrente ano, para participar do XII Encuentro de Autoridades Locales sobre Desarrollo Local Sostenible, na cidade de Granada, Espanha.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1710

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, na qualidade de presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para realização de Audiência Pública da Comissão no dia 28 de agosto próximo, às 19h30 no Auditório da Unespar-Fecea, para discussão do projeto de lei que está sendo encaminhada a esta Casa, através de mensagem do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1654

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do médico sanitarista, líder e dirigente do PPS, Dr. Sérgio Arouca, falecido no dia 02 de agosto do corrente ano, o qual dedicou sua vida na busca permanente do bem-estar dos mais humildes, tendo colocado sua inteligência a serviço da ciência médica e da ação política contundente, desvestida da ambição pessoal, objetivando sempre o bem comum de nosso povo.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, através de ofício.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1657

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Divonei Machado de Campos, ocorrido dia 09 de agosto corrente nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, dia 09/08/2003, o jornalista Divonei Machado de Campos, que deixou viúva a Sra. Silvia Maria. Deixou ainda os filhos: Marcelo Alexandre (casado com Ticiane Dalfovo), Erika de Paula e Renata Carolina.

O passamento do jornalista Divonei veio abrir lacuna difícil de ser preenchida, entre seus parentes e amigos dentre os quais nos incluímos.

Divonei Campos, que foi jornalista do Poder Legislativo, iniciou sua carreira como repórter no Correio do Paraná no início da década de 60. Trabalhou depois, durante muito tempo no Diário do Paraná, de onde saiu para exercer o cargo de secretário da Comunicação Social do governo Emílio Gomes, de 1973 a 1975. Dedicando-se, em seguida, à iniciativa privada, criando e dirigindo a Meta Publicidade. Recentemente foi secretário de governo do prefeito Cássio Taniguchi.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes, nem fracos. Por isto, caiu o prezado amigo Divonei, quando ainda no acesso à luta. Leva consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever. Sua coragem, sua lealdade, sua prudência desmedidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Machado de Campos, endereçando a ela

voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1658

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Arion Nicz Roda, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 70 anos de idade, faleceu nesta Capital, o delegado de Polícia, Dr. Arion Nick Roda, que deixou viúva a Sra. Glacy Adelaide Roda. Deixou ainda, 2 filhos e 2 netos.

O passamento de Arion Roda, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre as quais este deputado. O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes, aos amigos e ao trabalho. Fique certo amigo dileto, de que sua memória permanecerá viva em nosso coração e seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, a família que adorava despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Que Deus, em sua infinita bondade, conceda ao Arion, um lugar de paz e muita luz para o seu descanso eterno.

Pedimos ao Todo-Poderoso que nossos amigos, familiares do Arion, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento doloroso e triste.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Nicz Roda, endereçando a ela voto e profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1664

Senhor Presidente:

O deputado que firma o presente expediente, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao douto Plenário, que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária desta data, dos votos de profundo pesar deste Poder pelo falecimento do ex-deputado estadual Edilson Alencar Barbosa, no último dia 18 de agosto, na cidade de Paranavaí.

O ex-parlamentar falecido era natural de Presidente Prudente-SP, onde nasceu no dia 08 de dezembro de 1939. Filho de José Alencar Barbosa e Luiza Barbosa de Araújo. Era casado com dona Maria do Perpétuo

Socorro Lana e cuja união foi abençoada com o nascimento dos filhos Adriana, Túlio César e Luiz Felipe.

Edilson Alencar Barbosa foi deputado desta Casa Legislativa, com dois mandatos profícuos, nas legislaturas 1974 a 1978 e 1978 a 1982.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por essa proposição, respeitando os sentimentos, junta-se à dor da estimada família pela perda irreparável daquele que foi bondoso companheiro, pai exemplar, advogado competente, político dedicado ao bem comum, estimado amigo e pessoa que granjeou um vasto círculo de amizades, elevando preces ao Cósmico que lhe dê força e resignação suficientes para suportar o momento difícil.

Que as saudades possam ser superadas com a memória do exemplo e do trabalho que nos deixou o ex-parlamentar.

Caso aprovado o presente requerimento, pede que seja dado ciência do mesmo à família Alencar Barbosa, na pessoa da Sra. Maria do Perpétuo Socorro Barbosa, a Rua Otávio Borin, 1270, CEP: 87705-140 - Paranavaí-PR.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1674

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Rufino Lopes, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e respeitada pelos seus familiares, amigos, colegas de profissão, alunos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1675

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maura Costa Lobo, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e respeitada pelos seus familiares, amigos, colegas de profissão, alunos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1677

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ézio Osmar de Ganelo, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e respeitada pelos seus familiares, amigos, colegas de profissão, alunos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1659

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Ponta Grossa, através de sua presidente, Sra. Vani de Quadros Fadel, pela realização no dia 06 de agosto passado de mais um Mc Dia Feliz, ação conjunta com a rede Mc Donald's visando arrecadar fundos para a manutenção de programas de prevenção e combate ao câncer.

Requer ainda, que se dê ciência a mesma através de correspondência a ser encaminhada para a Rua Professora Judite Macedo da Silveira, 213 - Olaria, CEP: 84035-010, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1660

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à direção e funcionários do Mc Donald's de Ponta Grossa, através de seu gerente, Sr. Sandro Gelinski, pela realização no dia 06 de agosto passado de mais um Mc Dia Feliz, ação conjunta com a rede Mc Donald's com a Rede Feminina de Combate ao Câncer visando arrecadar fundos para a prevenção e combate ao câncer.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Avenida Bonifácio Vilela, 633, CEP: 84015-460, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1661

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Ses-

são, de voto de congratulações à Prefeitura Municipal e à população de Prudentópolis, através de seu prefeito, senhor Nelson Dal Santos, pela realização do Koziá Festyvalh - 2º Festival Folclórico e Gastronômico de Prudentópolis, realizado de 15 a 17 de agosto passado, eventos em homenagem as várias etnias que colonizaram o município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal, Rua Rui Barbosa, 801 - Centro, CEP 84400-000, Prudentópolis / PR.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1662

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado à técnica da Equipe Brasileira de Ginástica Rítmica, senhora Bárbara Laffranchi, voto de congratulações pelo excelente trabalho realizado na conquista das três medalhas de ouro nos XIV Jogos Panamericanos, realizados em Santo Domingo, no Caribe.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A equipe de ginástica rítmica brasileira conquista o bicampeonato no conjunto geral nos XIV Jogos Panamericanos, realizados em Santo Domingo, no Caribe, repetindo o resultado no Pan de Winnipeg, em 1999.

Formada por sete ginastas, as paranaenses Dayane Camilo, Thalita Nakadomari, Ana Maria Maciel, a toledana Gabriela Andrioli, a paulista Fernanda Cavalieri e a gaúcha Natália Eidt, a equipe foi aplaudida de pé nas três apresentações.

Este é o resultado de um excelente trabalho realizado com rigor e determinação tanto das ginastas quanto da técnica Bárbara Laffranchi. É um orgulho muito grande para nós brasileiros e principalmente para os cidadãos paranaenses, ver as lágrimas nos olhos de nossas ginastas ao perceberem que com sacrifício e dedicação obtiveram o melhor resultado, a conquista de três medalhas de ouro.

REQUERIMENTO Nº 1669

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, voto de congratulações à Rone - Rondas Ostensivas de Natureza Especial, na pessoa de seu comandante tenente Hudson Leôncio Teixeira.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

É com muita honra e satisfação que tomamos a iniciativa de propor aos nobres parlamentares desta Assembléia, que seja concedido voto de congratulações à Rone,

pelos relevantes serviços prestados à população paranaense. A Rone vem desenvolvendo um excelente trabalho de apoio nas ocorrências das viaturas de rádio patrulha em batidas policiais, e operações de altos riscos. Segundo dados divulgados pela imprensa, a Rone do Paraná é uma das mais bem capacitadas do país para o trabalho de repressão e manutenção da ordem.

REQUERIMENTO Nº 1672

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vitor Pereira e Ana Maria Chaves Pereira, que completou 25 anos da união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1673

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Ceslau Tarasiuk e Olga Tarasiuk, que completou 50 anos da união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1676

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Acyr Flávio Locatelli e Dorair Zello Locatelli, que completou 50 anos da união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1684

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de votos de congratulações ao senhor Oslei Domingos diretor do Colégio Decisivo, pelo brilhante trabalho desenvolvido por esta instituição na melhoria do ensino do Estado do Paraná.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Colégio Decisivo, à Rua Senador Alencar Guimarães, 251 - CEP 80.010-070 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1703

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado votos de congratulações à 20ª Igreja do Evangelho Quadrangular, localizada à Rua Clara Polsin, 214, Bairro Novo Mundo, Curitiba-PR, pelo seu 25º aniversário.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) AILTON ARAÚJO

REQUERIMENTO Nº 1680

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina, pela inauguração do Hospital Comunitário Santo Antônio.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Prefeitura Municipal de

Santo Antônio da Platina - Pça. Nossa Senhora Aparecida, s/nº CEP 86643-000 - Santo Antônio da Platina - Paraná.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1681

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização ao exmo. Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa, pelo lançamento do Programa de Combate à AIDS nas escolas e a coordenação do Programa do Estado representada pela Sra. Mariana Thomaz da Secretaria da Saúde do Estado.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Secretaria, ao Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios - BL. G - CEP 70058-900 - Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1682

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização ao chefe da Casa Civil Sr. Caíto Quintana, pelo título de Doutor Honoris Causa, recebido pela Prefeitura de Ponta Grossa.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Casa Civil.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1706

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia Legislativa inserção nos anais da presente Sessão, voto de louvor à Diocese de Paranaguá, na pessoa de seu venerável Bispo Diocesano de Paranaguá, S. Exa. Revma. D. Alfredo Novack, pela Celebração Eucarística, no dia 24 de agosto, no Santuário de Nossa Senhora do Rocio, em Paranaguá, na qual será conferida a Ordem Presbiterial aos diáconos Adelir de Carli e Osvaldo Cabianchi Garcia.

Seja este voto encaminhado à S. Exa. Revma. D. Alfredo Novack, bispo diocesano de Paranaguá, como também aos diáconos Adelir de Carli e Osvaldo Cabianchi Garcia, para a Mitra Diocesana de Paranaguá, Rua Conselheiro Sinimbu, 498 - centro - Paranaguá/PR - CEP 83203-030.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A ordenação de novos padres melhora a sociedade paranaense e amplia o trabalho pastoral da igreja católica.

Cria novas oportunidades de ação cristã pela fé, contra a fome, a favor da vida, da educação, da igualdade de oportunidade para todos, contra as drogas, promotora do esporte saudável, da juventude sadia, da família sólida e unida, e da velhice valorizada e protegida. Enfim dos valores do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

O presbítero é um confessor e companheiro que faz companhia aos solitários, - e a solidão é um mal crescente nas nossas grandes cidades tão egoístas, - dá a possibilidade de arrependimento no erro, e de consolo na aflição e misericórdia na dor.

O júbilo não é confessional, é ecumênico e civil, porque todos os pastores cristãos bem formados - vistos tal qual educadores agentes de promoção social e cultural, promotores da não - violência, paladinos de misericórdia e compreensão, melhoram a sociedade e mundo.

Justamente neste 2003, instituído pela CNBB como o "Ano Vocacional", que tem como tema: "Batismo fonte de todas as vocações", e lema: "Avancem para as águas mais profundas", aconteça estas duas Ordenações Presbiteriais, neste mês Vocacional, neste "Dia do Catequista".

REQUERIMENTO Nº 1650

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado uma moção de aplausos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, pela passagem dos 26 anos de aniversário da Agência do Trabalho de Curitiba, no dia 25 de junho do corrente ano.

Requer ainda que seja dado ciência ao Exmo. secretário Padre Roque Zimmermann e ao senhor Manoel Pacífico da Costa, gerente da Agência do Trabalhador e Funcionários.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

"Em 03 de novembro de 1976, por força do Decreto nº 2.459, no governo Jaime Canet Júnior, nascia no Estado o Programa Paranaense de Emprego, o Propae. Ajustava-se assim, o Estado, às diretrizes do Sistema Público de Emprego - Sine - criado em 1975, por sessão da Organização Internacional do Trabalho. O Propae vinculado à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio - SEIC - tinha como objetivo principal organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capaz de subsidiar a operacionalização da política de emprego a nível local e regional, dentro do estabelecido pelo Ministério do Trabalho.

Desta forma o Sine-PR organizou-se e definiu o cronograma de implantação das primeiras Agências Públicas de Emprego, incluindo na sua primeira etapa Curitiba, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina e Paranaguá.

Segundo reportagem do Diário Popular de 1º de maio de 1997, o Sine-PR, iniciou o levantamento do índice desemprego na Região Metropolitana de Curitiba pesquisando as 500 maiores empresas. Contando com uma equipe de universitários, foi possível verificar o contingente da força de trabalho existente na região de Curitiba, incluindo admissões e demissões, feitas no período de janeiro a abril de 1977. Segundo o advogado e escritor Laércio de Souto Maior, esta foi a primeira pesquisa de emprego formal realizada no Estado.

O coordenador estadual do Sine-PR, Carlos Alberto dos Reis Guimarães, nomeia como primeiro gerente o Sr. Narbal Orestes May. Após o treinamento da equipe dos primeiros servidores, na data de vinte e sete de junho de 1977, nasceu na rua Dr. Pedrosa, nº 44 - Centro, a primeira Agência do Sine no Paraná.

Em parceria com a Coordenadoria de Estudos, Pesquisas e Relações de Trabalho, a agência publica o seu 1º caderno sobre o perfil de 202.280 trabalhadores cadastrados em 2002, junto com dados do último Censo - IBGE e Ipardes, além de diversas tabelas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e da Relação Anual de Informações Sociais, relacionadas com o mercado de trabalho formal e informal de Curitiba.

A Agência do Trabalhador mesmo nos momentos mais recessivos como no período Collor - 1990 a 1992 - teve o apoio do empresariado paranaense. No início da década de 1990, quando o quadro de pessoal teve que ser absorvido pelo Governo do Estado e sua infra-estrutura física em estado bastante precária, o Sine de modo geral virou séria preocupação no Fórum da Parceria da Associação Comercial do Paraná. Nesses 26 anos aproximadamente 210.000 trabalhadores foram colocados no mercado formal de trabalho.

Com o objetivo de atender às expectativas da comunidade, atualmente vem sendo utilizado formulário disponibilizado aos trabalhadores, empresários e demais usuários dos serviços da Agência. Trata-se de importante ferramenta de natureza corretiva e preventiva para garantia da qualidade dos serviços e avaliação do grau de satisfação de quantos procuram atendimento na Agência.

A exemplo da Agência do Trabalhador de São José dos Pinhais, também a de Curitiba está efetivando neste mês sua parceria com a Universidade Federal do Paraná, tendo em vista a preparação de candidatos, utilizando estagiários do Curso de Psicologia da UFPR, supervisionados pela professora Yara Bulgacov. Já a parceria, com a Pontifícia Universidade Católica acontecerá através de cursos ministrados por acadêmicos de Administração, Ciências Econômicas, Contábeis e Direito, fruto da iniciativa da professora Solange Barbosa, coordenadora da Casa do Empreendedor e diretora adjunta do Curso de Administração.

Empresa como New Holand, Bosch, Parmalat, Super Muffato, Condor, Gráfica e Editora Posigraf, Auto Viação Curitiba, Cidade Sorriso, Rosh, distribuidora de medicamentos Santa Cruz, Transteiner Serviços de Lim-

peza, e tantas outras, vêm oferecendo vagas para pessoas com deficiência. A Agência neste sentido está intensificando sua Campanha de cadastro de Candidatos junto às entidades, escolas, igrejas, conselhos e órgãos estaduais e municipais para o pleno atendimento das solicitações das empresas e dos requisitos exigidos para o cargo ou atividade.

De um universo de 202.280 trabalhadores que procuraram emprego na Agência do Trabalhador de Curitiba, 14,55% deles tinham o 1º grau completo e 18,54% o 2º grau incompleto, 34,74% o 2º grau completo, 5,78 o Superior Incompleto e 4,45% o Superior Completo. Deste quadro ainda faz parte um grupo de candidatos que constitui 21.95% do geral que apenas iniciou ou não concluiu o 1º grau. Estes segmentos constituem clientela potencial das entidades profissionalizantes. Conversas neste sentido vêm sendo realizadas entre a gerência, o Senai, Senac e Universidades, atendendo determinação da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social em estreitar estas parcerias para assegurar aos trabalhadores melhores condições de qualificação profissional, pré-requisito, muitas vezes de seu ingresso no mercado de trabalho.

Em 26 anos de árduo trabalho, de 540.000 vagas de emprego conseguidas junto a diversas empresas, após a passagem de milhares de pessoas encaminhadas para seleção, aproximadamente 50% foram empregadas pelo Sine em Curitiba. No período entre 1995 a maio de 2003, o atendimento a requerimentos de seguro desemprego, habilitou cerca de 455 mil trabalhadores. Muitos outros serviços de encaminhamento de candidatos a cursos, ou financiamentos a pequenos empreendedores se materializaram junto ao Banco Social.

A atual estrutura da agência central e mais oito postos de atendimento conta com funcionários prestadores de serviços terceirizados, contratados através do Governo do Estado, completamente informatizada, responsável pelo atendimento anual de mais de 200.000 trabalhadores”.

REQUERIMENTO Nº 1651

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação do Curso Técnico Comercial no Colégio Estadual Barbosa Ferraz, a partir de 2004, no município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Esse curso vem ao encontro das reais necessidades do município e região, que estão carentes de profissionais habilitados para atuarem nos estabelecimentos comerciais, industriais e na agricultura.

REQUERIMENTO Nº 1652

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo Sr. Cássio Taniguchi, prefeito municipal de Curitiba, no sentido de mandar fazer reparos na cobertura da Rua 24 Horas, em virtude do gotejamento que ocorre no local, o que prejudica o fluxo de turistas e visitantes naquela área.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1653

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo Sr. secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Ação Social, solicitando a inclusão do município de Jandaia do Sul no Programa do Leite.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A população de Jandaia do Sul é de 19.640 (dezenove mil seiscentos e quarenta) habitantes, e segundo o Censo Demográfico, 2000 - IBGE, existem aproximadamente 800 (oitocentas) crianças pertencentes a famílias com renda de até meio salário-mínimo.

REQUERIMENTO Nº 1678

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, ao presidente da Copel, Dr. Paulo Cruz Pimentel, informar:

- O que motivou a empresa de energia elétrica do Estado a contratar pelo valor de R\$1,2 milhão, serviços advocatícios do escritório Pinheiro Neto & Advogados, com sede em São Paulo, para representar seus interesses no que respeita à rescisão contratual com a UEG Araucária, conforme publicado no Diário Oficial nº Comércio, Indústria e Serviços de 15 de agosto de 2003?

- Houve licitação para contratação dos serviços referidos ou foi a mesma fundada na notoriedade jurídica do escritório mencionado?

- Não dispõe este Estado de banca jurídica suficientemente abalizada para representar a Copel nessa questão?

- Quantos advogados/assessores jurídicos compõem o departamento jurídico da Copel?

- Qual a despesa mensal com salários e vantagens do quadro jurídico da Copel, e qual a média salarial *per capita*?

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1679

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, ao presidente da Copel, Dr. Paulo Cruz Pimentel, informar:

- O que motivou a empresa de energia elétrica do Estado a contratar pelo valor de R\$70 mil, serviços advocatícios do IDC - Instituto de Direito Civil, de "opinião" doutrinária sobre questões relativas à exigibilidade de certas obrigações financeiras assumidas pela Copel em contrato celebrado com a UEG Araucária, conforme publicado no Diário Oficial nº Comércio, Indústria e Serviços de 15 de agosto de 2003?

- Houve licitação para contratação dos serviços referidos ou foi a mesma fundada na notoriedade jurídica do escritório mencionado?

- Não dispõe este Estado de banca jurídica suficientemente abalizada para representar a Copel nessa questão?

- Quantos advogados, assessores jurídicos e financeiros compõem o respectivo quadro de assessoria técnica da Copel?

- Qual a despesa mensal com salários e vantagens dos quadros referidos na empresa, e qual a média salarial *per capita*, de um e outro?

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1711

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, ao presidente da Copel, Dr. Paulo Cruz Pimentel, solicitando cópia do contrato firmado entre a empresa e o escritório Pinheiro Neto e Advogados, com sede em São Paulo, publicado no Diário Oficial de Comércio, Indústria e Serviços de 15 de agosto de 2003, bem como, informar se algum pagamento parcial, relativo ao referido contrato, já foi efetuado.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1712

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, ao presidente da Copel, Dr. Paulo Cruz Pimentel, solicitando cópia do contrato firmado entre a empresa e o IDC - Instituto de Direito Civil, publicado no Diário Oficial de Comércio, Indústria e Serviços de 15 de agosto de 2003, bem como, informar se algum pagamento parcial, relativo ao referido contrato, já foi efetuado.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 452/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Institui o Programa Alimentar Escolar diferenciado para os alunos diabéticos da Rede Estadual de Ensino.

Art. 2º - A programação de alimentação escolar diferenciada para os alunos diabéticos deverá ser elaborada e desenvolvida pela Secretaria de Estado da Educação, em parceria com as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Saúde deverá elaborar e fornecer à Secretaria de Estado da Educação, após exames de constatação, relação completa de todos os alunos matriculados e portadores de diabetes para que possam ser incluídos no Programa de Alimentação Diferenciada.

Art. 4º - Compete à Secretaria de Estado da Saúde fornecer à Secretaria de Estado da Educação, a relação da alimentação adequada e compatível para os alunos portadores de diabetes.

Art. 5º - Caberá ao Conselho de Alimentação Escolar a responsabilidade pela fiscalização do programa previsto nesta lei, pela aplicação dos recursos correspondentes e pela qualidade e controle dos alimentos utilizados.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Grande responsabilidade representa a direção de uma casa de ensino. Orientar a infância, encaminhar-lhe os passos na sua fraqueza natural, animá-la nos seus anseios, demanda abnegação, carinho e amor pela profissão.

O homem de amanhã está se forjando na escola de hoje. Todo pedagogo sabe que esta idade - a da infância - é a mais propícia à formação de mentalidade. Qual será fácil de moldar assim a alma infantil. O mestre, qual escultor, aperfeiçoará essa cera à sua imagem e à sua semelhança. Daí decorre sua grande responsabilidade.

O mestre deve ter em mente que educar não significa, apenas, ensinar às crianças as coisas que não sabem; significa, também, ensinar-lhes a proceder como não procedem, porque educação é aquilo que permanece quando esquecemos tudo o que foi ensinado.

Temos visto e ouvido o testemunho impressionante de mães de crianças portadoras de diabetes que, ou mesmo de portadores de diabetes emocionados relatam as dificuldades que enfrentam ou enfrentaram principalmente na hora do lanche nas escolas, ocasião em que, os alunos de todas as salas de aulas de encontram e se con-

fraternizam e comem juntos sendo que todos se dirigem à cozinha e até se deliciam com a merenda escolar ou vão à cantina e compram doces, sorvetes e refrigerantes, porém, as crianças portadoras de diabetes, não podem fazer nada disso e sem compreenderem que a discriminação que a doença lhes impinge, sofrem muito.

Não só de pão e material vive o homem, mas, por igual do pão e do espírito.

Assim sendo, esperamos a aprovação deste projeto pelos senhores colegas deputados.

PROJETO DE LEI Nº 453/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, os seguintes imóveis: 1) lote de terras sob nºs 20-E e 20-F, com área total de 6000 m², situado na Gleba Esperança localizados na Rua Paraná, cidade de São Jorge do Ivaí, com as seguintes características: lote 20-E - 500 m² frente com a Rua Paraná, com 75,00 m² de um lado com o lote 20-F, com 60 m² do outro lado com o lote 20, com 60,00 m², fundos com o lote 20, com 75,00 m² lote 20-F - 1.500 m², frente com a Rua Paraná com 25 m² de um lado com o lote 20, com 60,00 m² do outro lado com o lote 20-E com 60,00 m com o lote 20, com 60,00 m²; do lado com o lote 20-E, com 60,00 m²; fundos com o lote 20, com 25,00 m - R.A. 1008 e 1009 de Registro. Todos registrados no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos no Cartório Helcio Von Borell Du Vernay da Comarca de Mandaguaçu; Talão nº 15 - página 042 - sob nº 1042 do Livro 3 - transcrição das transmissões, com data de 13 de dezembro de 1967. Escritura Pública lavrada pelo Tabelionato de Ourizona, comarca de Mandaguaçu às fls. 163 v./164 v: Livro 4 em 30 de novembro de 1967.

2) Data de terras sob nº 14 da quadra 5, com área de 600,00 metros quadrados, situados na cidade de São Jorge do Ivaí neste Estado, dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações: divide-se com a Rua Rui Barbosa no rumo nº 29, numa frente de 15,00 metros; com a data nº 15 no rumo NE 89º 31 com 40 metros; com a data nº 7 rumo SE.0º com 15 metros; e finalmente com a data nº 13 no rumo SO. 89º31, com 40 metros, sendo todas as datas mencionadas pertencentes à quadra nº 5 da cidade de São Jorge do Ivaí, neste Estado. Registro anterior nº 4716 do mencionado Cartório. Doadora Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí - Protocolo nº 20.322 de 7/12/79 - R - 1 - 3207 do mesmo Cartório.

Art. 2º - A doação dos imóveis a que se refere o caput deste, deverá ficar lavrada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo os imóveis ser utilizados exclusivamente para os fins solicitados, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado do Paraná sem reservas de qualquer direito ou ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo a doar os imóveis constantes deste projeto de lei, todos localizados na zona urbana do município de São Jorge do Ivaí, encontrando-se neles especificados, respectivamente, prédios de alvenaria, neles funcionando a Escola Municipal São Jorge e, antiga Agência de Rendas Estaduais, atualmente, neste último o Banco Social do município de São Jorge do Ivaí.

A presente reivindicação prende-se ao fato, como anteriormente declinado, do funcionamento da Escola Municipal São Jorge - Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) já municipalizado, e de cujos prédios estão a requerer investimentos (reforma e adaptação que deverão ser carreados, exclusivamente pelos cofres públicos municipais.

Certos do pleito merecer a melhor atenção dos senhores deputados com a urgência que o assunto requer, para a modernização dos próprios públicos do município de São Jorge do Ivaí, contamos com o apoio de todos.

PROJETO DE LEI Nº 454
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Iosio Antonio Ueno.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições anteriores.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Ex-deputado federal, político de renome nacional e internacional, merece de nossa parte todo o respeito e a sua vida se apresenta como um exemplo vivo de prestação de serviços ao nosso Estado.

Iosio Antonio Ueno, natural de Cambará - PR, hoje empresário agrícola e industrial, formado em Ciências Contábeis, Jurídicas e Econômicas possui um currículo invejável e digno de todo o respeito dos paranaenses:

- duas vezes vereador pela Câmara Municipal de Assaí (55/58 e 59/62);
- deputado estadual (63/66), exercendo a presidência da Comissão de Orçamento;
- oito vezes deputado federal pelo Paraná (66/70, 71/74, 75/78, 79/82, 83/86, 87/90, 91/94, 95/98);
- foi presidente da Comissão Regional Sul - Sude-sul;

- membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e da Agricultura e Política Rural;
- membro da Junta Administrativa do IBC (62/69);
- fundador da Liga Desportiva Norte Paranaense (47/86) sendo quinze anos presidente consecutivo (50/64) e presidente do Conselho Deliberativo (65/97);
- fundador e presidente do Conselho Deliberativo da Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná (73/2001);
- fundador e presidente da Câmara do Comércio Brasil-Japão do Paraná (80/2003);
- presidente da Federação de Beisebol (63/82);
- fundador da Escola Agrícola de Apucarana, por ocasião do 50º aniversário da Imigração Japonesa;
- fundador do Centro Agrícola de Rolândia (16 alqueires) em convênio com a Acarpa e Iapar, com cursos de Formações de Lideranças Rural e Experimentação Agrícola;
- presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Japão e da Câmara dos Deputados (88/98);
- constituinte no ano de 1987 a 1988. Apresentou 136 emendas das quais 36 foram aprovadas nas áreas de economia, agricultura, nacionalidade, etc;
- colaborou na instalação de dezenas de empresas japonesas no Paraná, criando milhares de empregos e gerando riquezas;
- como representante do governo do Paraná firmou convênio de Intercâmbio Cultural, Científico e Comercial entre o Estado do Paraná e a província de Hyogo, no ano de 1970 em Kobe no Japão;
- colaborou com a criação e instalação do Consulado do Japão em Curitiba, hoje, Consulado Geral;
- colaborou com a instalação do escritório de Hyogo em Curitiba;
- realizou 30 missões econômicas ao Japão. Acompanhou o presidente Ernesto Geisel - 1976 - o presidente João Figueiredo - 1982, o governador João Elízio - 1985 e o governador Álvaro Dias - 1987 em missões de natureza oficial ao Japão;
- colaborou para firmar convênio de cidades irmãs entre Londrina/Nishinomiya; Maringá/Kakogawa; Curitiba/Himeji; Ibiporã/ Asso, Paranaguá/Tsuna;
- como presidente das solenidades dos Festejos da Imigração Japonesa no Brasil - IMIM 70, coordenou a recepção a Suas Altezas o príncipe herdeiro do Japão, Akihito e princesa Michiko, no dia 28 de junho de 1978, no Centro Agrícola de Rolândia;
- coordenou a recepção a Sua Alteza o príncipe Shironomiya ao Paraná em 1982;
- coordenou a recepção a Sua Alteza e príncipe Fumihito, por ocasião dos 80 anos da Imigração Japonesa em 1988;
- coordenou os festejos do IMIN 90 com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso e senhora e o casal Keizo Obachi - 1º ministro do Japão;
- coordenou a visita de Sua Majestade o imperador Akihito e imperatriz Michiko em 97 em Curitiba;

- realizou, como presidente da Câmara do Comércio Brasil-Japão no Paraná por treze vezes Seminários Econômicos Brasil/Japão, em Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cornélio Procopio, Campo Mourão e Araucária - 1980 a 1996;

- propiciou a elaboração de Convênio de Cooperação entre a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - Iapar e o Ministério da Agricultura do Japão, possibilitando o recebimento de doações de equipamentos e a vinda de técnicos japoneses;

- colaborou com instalação do Centro Tecnológico Brasil/Japão do Paraná, com a doação, pela Japan International Cooperation Agency - JICA, de equipamentos e envio de 6 técnicos, no valor de US\$6.000.000, a fim de prestar serviços para a pequena e média empresa;

- colaborou com a instalação do Instituto Brasil/Japão de Qualidade e Produtividade em Curitiba no ano de 1994 num investimento de 18 milhões de dólares, para transferência de tecnologia de gerência japonesa, Sistema Kanban (Just in Time) e Kaizen Cooperação do JICA e JPC;

- nosso proposto homenageado foi agraciado pela Sua Majestade Hiroito, imperador do Japão, com a condecoração no 2º Grau de Ordem do Tesouro Sagrado (Zuihoshō, Kum ni Tō), no ano de 1978 e 2º Grau da Ordem do Sol Nascente em 1988;

- recebeu no ano de 1981, a Condecoração Cultural do Governo de Hyogo pelos serviços prestados no intercâmbio entre Paraná e Hyogo;

- grão oficial da Ordem do Ipiranga concedida pelo Governo do Estado de São Paulo, no ano de 1981;

- recebeu no ano de 1998, a Medalha do Tesouro Sagrado do 1º Grau, concedido pelo imperador Akihito, entregue pelo 1º ministro Keizo Obuchi, na residência oficial;

- grão cruz da Ordem Estadual do Pinheiro, concedida pelo Governo do Estado do Paraná no ano de 1998.

Assim dito e justificado, proponho a presente honraria.

PROJETO DE LEI Nº 455/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado ao Poder Executivo a dar cessão de uso para a Prefeitura do município de Londrina, imóvel em Londrina, com áreas de superfície de 4.561,60m², matriculado sob nº 15.753, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Londrina.

Art. 2º - A cessão de direitos, que se refere o artigo 1º desta lei, será pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis, e o imóvel será utilizado para proporcionar, além de outras atividades compatíveis, uma área cultural para a comunicação do município, sendo que a prefeitura ficará responsável pela guarda e proteção do imóvel.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O 3º Distrito da Polícia Civil, localizado na Rua Serra do Roncador, 1192, Jardim Bandeirantes, município de Londrina, atualmente vem desenvolvendo funções como emissão de carteiras de identidade, registros de ocorrências, estando desativado o sistema dearceragem, por não oferecer segurança na região, e também estar localizado ao lado da Escola Estadual Professor Kazuko Ohara.

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a ceder o imóvel ao município de Londrina, para que aquela municipalidade possa implantar um Centro Cultural, que compreende salas para biblioteca pública, teatro, informática, cursos de corte e costura, música, pintura, e espaço para a realização de palestras e debates.

Isto posto, esperamos contar com apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 456/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os veículos e motocicletas retidos nos pátios do Detran-PR e Polícia Militar do Estado, com dívidas vencidas de IPVA, Licenciamento e Multas Estaduais, que foram parceladas através da Lei nº 13.957/2002, isentos de pagamento de taxas de Estádias no final do parcelamento acordado.

§ 1º - Fica o Detran encarregado de emitir e enviar os carnês do parcelamento, de que trata a Lei Estadual nº 13.957, por via postal, deduzindo a Taxa de Estadia.

§ 2º - A recolhimento total das 10 (dez) parcelas implicará na isenção das taxas de pátio e na liberação administrativa de certidão de “nada consta” do referido veículo.

§ 3º - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importância já recolhidas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e vigorará até o último dia do exercício fiscal de 31 de dezembro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Desde o advento da Lei Estadual nº 11019/94 que alterou as taxas de estadia nos pátios das Ciretrans, criando à época um valor descomunal em face à realidade da nossa população, milhares de veículos, a maioria esmagadora, de pessoas pobres e assalariadas foram parar nos pátios do Detran-PR espalhados por todo Estado. Isto

aconteceu progressivamente, devido as blitz e ocorrências de trânsito e que a lei determinava a remoção dos veículos ao pátio. Pelo valor exorbitante das diárias nos pátios, que estão fixadas hoje em R\$10,13, tornou-se impossível a estes milhares de paranaenses (quase 15 mil retenções, entre veículos e motocicletas) na grande maioria pessoas pobres, resgatarem seus veículos, uma vez que quando estas pessoas conseguem algum dinheiro para pagar os débitos atrasados (IPVA, licenciamentos, multas), defrontam-se com o “acréscimo” de alguns dias ou meses de estadia que inviabilizam qualquer possibilidade de recuperarem seus bens, portanto, os valores em estadias se tornam maiores que os débitos.

Infelizmente, a letra fria da lei leva depois de alguns meses, a realização de leilões para “descartar” estes veículos que acabam deteriorados pelo tempo e são em sua totalidade arrematados como sucatas. Uma injustiça aos mais pobres, pois impede-se que eles retirem seus bens, mas permite que empresas de “ferro velho e desmanches” os comprem por preços nunca superiores a R\$50,00 ou R\$100,00 reais. Muitos destes veículos eram, às vezes, o único patrimônio destas pessoas pobres e trabalhadoras. Uma injustiça.

Com esta lei de isenção da taxa de estadias nos pátios, a grande maioria destes veículos serão resgatados pelos seus proprietários, que entrarão com pedido de parcelamento dos impostos atrasados e multas (Lei Estadual nº 13957/2002) o que permitirá ao Estado uma arrecadação infinitamente maior que a arrecadada pelos leilões.

Portanto, como a lei estabelece a isenção como um “prêmio” ao bom pagador e à pontualidade, o Estado atingirá dois objetivos:

1º - Desafogará os 206 (duzentos e seis) pátios espalhados por todo o Paraná.

2º - Arrecadará mais recursos com os parcelamentos, mais até que a média histórica arrecada em leilões de sucata.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 457/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Programa Terceira Juventude destinada à valorização e integração do idoso na sociedade, mediante sua participação em cursos profissionalizantes e de requalificação profissional, bem como em atividades e trabalhos educativos junto a crianças e adolescentes.

Art. 2º - As pessoas domiciliadas no Estado do Paraná há mais de 05 (cinco) anos e com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos de idade poderão inscrever-se para a seleção dos participantes do Programa, a qual considerará o currículo, os

conhecimentos gerais e a experiência de vida e profissional dos interessados.

Art. 3º - O Poder Executivo desenvolverá 02 (duas) espécies de cursos gratuitos aos selecionados:

I - pedagógico para aqueles que, de acordo com os critérios de avaliação, possuam conhecimentos em área técnica, artística, esportiva, literária, ou em outros ramos, em nível suficiente para transmiti-los didaticamente às crianças e adolescentes;

II - profissionalizantes e de requalificação profissional para idosos carentes que recebem até 06 (seis) salários-mínimos e precisem retornar ao mercado de trabalho.

Art. 4º - Os participantes a que se refere o inciso I do artigo anterior, após elaborarem um plano de ensino:

I - ministrarão aulas a jovens e adolescentes em área de seu conhecimento, em espaços cedidos pela Administração Pública;

II - lecionarão nos cursos a que se refere o inciso II do artigo 3º;

III - poderão participar da elaboração dos cursos profissionalizantes e de requalificação para adultos atuando como professores ou monitores.

§ 1º - Os prazos de duração, os horários, locais e formas de inscrição nessas aulas serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo e acompanhamento por um supervisor de ensino.

§ 2º - Os trabalhos, a que se refere este artigo, serão realizados pelos idosos a título gratuito, sem ônus para o Estado.

§ 3º - Não será cobrada qualquer taxa de inscrição ou manutenção dos alunos dos cursos lecionados pelos participantes do programa.

Art. 5º - Os idosos a que se refere o artigo anterior poderão atuar como voluntários dos cursos lecionados pelos participantes do programa.

Art. 6º - Os idosos que concluírem o curso mencionado no inciso II do artigo 3º terão prioridade de contratação, pela Administração Pública, nas frentes de trabalho temporário que vierem a se realizar, desde que estas demandem conhecimento pertinente à sua área de formação.

§ 1º - A remuneração e benefícios recebidos pelos trabalhadores das referidas frentes de trabalho serão estabelecidas pelo Poder Executivo, não podendo aquela ser inferior a um salário-mínimo.

§ 2º - Não poderão participar das frentes de trabalho que já receberam qualquer espécie de auxílio pecuniário, remuneração, subsídio ou proventos do Estado.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com entidades de direito público ou privado com a finalidade de aperfeiçoar e ampliar os objetivos do Programa Terceira Juventude.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos contrários.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa proporcionar aos idosos a oportunidade de acesso aos eventos de caráter cultural e de lazer, tanto no âmbito público como no privado.

A Secretaria de Estado da Cultura promoveria um cadastro de todos os idosos interessados na proposta, respeitando seu local de residência, e através deste estariam sendo comunicados dos eventos culturais e de lazer de caráter público para que houvesse a participação dos mesmos, levando-se em conta a área de abrangência de cada região do Estado.

No caso de ocorrer um evento os cadastrados e inscritos daquela localidade sejam comunicados objetivando suas participações.

Poderia ocorrer uma parceria entre a Secretaria de Estado da Cultura e as Secretarias Municipais da Cultura de cada cidade e região, objetivando melhorar a efetividade deste projeto.

Os idosos no momento de sua inscrição receberiam um documento ("carteira" - projeto cultura e lazer para terceira idade) que se identifica como participantes do presente projeto e mediante a sua apresentação teriam acesso gratuito nos eventos culturais e de lazer de caráter público e um "desconto" a ser regulamentado (sugerimos pelo menos 50% do valor do ingresso) junto às casas de espetáculos, cinemas, teatros, parques temáticos, salões de danças, etc. através de uma parceria a ser estabelecida em cada região com empresas, indústrias, visando buscar subsídios, ou até mesmo com instituições ligadas à cultura, lazer e recreação de âmbito privado.

Desta forma estaríamos integrando ainda mais o idoso junto à sociedade, através de atividades de cultura e lazer proporcionando uma melhoria na sua qualidade de vida

PROJETO DE LEI Nº 458/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Acine - Associação Comercial, Indústria, Agropecuária de Profissionais Liberais e de Pessoas Físicas, Dedicadas à Atividade Empresarial de Nova Esperança e Região, com sede e foro no município de Nova Esperança.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Acine - Associação Comercial, Industrial, Agropecuária de Profissionais Liberais e de Pessoas Físicas, Dedicadas à Atividade Empresarial de Nova Esperança e

Região, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na comarca de Nova Esperança - Estado do Paraná.

Tem por objetivo congregar, defender e representar os interesses da livre iniciativa, empenhando-se no fortalecimento da classe representada, e ainda, dentre outros objetivos promover o desenvolvimento econômico e social do município e da região.

Assim sendo, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 459/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, no município de Medianeira.

Parágrafo Único - Serão mantidos os atuais cursos do currículo universitário da extensão existente no município de Medianeira, com possibilidade de instalação de outros cursos de acordo com planejamento da Unioeste.

Art. 2º - Fica, também autorizado o Poder Executivo a abrir novos créditos suplementares da dotação orçamentária destinada à Unioeste, no sentido de custear a criação e implantação de novos cursos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de criar no município de Medianeira um *campus* da Unioeste.

Tendo em vista o grande interesse da comunidade de Medianeira e de toda a região na aprovação do presente plano de lei, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 460/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Fisioterapia, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Fisioterapia, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 30,20% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso duto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 461/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Assistência Social, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Enge-

nharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Assistência Social.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 462/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Farmácia, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão,

seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Farmácia que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 44,29% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso duto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 463/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Odontologia, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Odontologia que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 56,51% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso duto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 464/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Medicina, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Enge-

nharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Medicina que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 68,62% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 465/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Educação Física, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Educação Física que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 41,18% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 466/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Nutrição, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário “Unioeste Rumo ao Século XXI”, com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Nutrição que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 32,20% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 467/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Jornalismo, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário “Unioeste Rumo ao Século XXI”, com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Jornalismo que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 51,26% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 468/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Veterinária, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Veterinária que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 40,08% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 469/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Arquitetura, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação

(19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Arquitetura que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 38,80% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso duto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 470/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Comércio Exterior, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Comércio Exterior que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 51,26% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 471/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Psicologia, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Psicologia que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 42,84% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infeliz-

mente não foi colocado para discussão e votação no nosso duto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 472/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Economia, no *campus* de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação

Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece com o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Economia que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 34,03% de preferência dos consultados.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso duto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 473/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Estado do Amazonas, com o fim específico de implantar no município de Foz do Iguaçu, um pólo e distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus.

Parágrafo Único - As normas e critérios, a serem adotados, serão definidos de comum acordo entre os Estados referidos no *caput* deste artigo, obedecida a legislação pertinente.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder alteração orçamentária necessária para atender às despesas decorrentes desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O município de Foz do Iguaçu tem uma história de desenvolvimento sócio-econômico vinculado a três grandes ciclos:

- I - extração da madeira e cultivo da erva-mate;
- II - construção da Hidrelétrica de Itaipu; e,
- III - exportação e turismo de compra.

O primeiro com um século de duração, de 1870 a 1970, seguiu o padrão de toda a região Oeste do Paraná.

A partir da década de 1970, teve o início do segundo ciclo, “A construção da Hidrelétrica de Itaipu”, verificou-se o crescimento exponencial da população de Foz do Iguaçu. O canteiro de obras no rio Paraná chegou a ter mais de 40.000 trabalhadores, a maioria barrageiros vindos de todo o País, juntamente com o pessoal técnico de alto nível, que construíram a hidrelétrica considerada uma das sete maravilhas do mundo moderno. Na década de 70 no início da construção da usina, a população de Foz do Iguaçu era de aproximadamente 34.000 habitantes, passando para 190.000 habitantes no início da década de 90 quando a usina foi inaugurada, e no final do século cerca de 270.000 habitantes. Dados que permitem inferir a natureza dos problemas sócio-econômico que a cidade enfrenta devido ao rápido aumento de sua população.

O terceiro ciclo, caracterizado pela conjunção do turismo de compras decorrentes dos sucessivos planos a partir do Plano Cruzado em 1986 e a exportação que floresceu no período de 1977 a 1994.

Tanto Foz do Iguaçu, quando a Ciudad Del Este receberam forte fluxo migratório que proporcionou à cidade um espantoso desenvolvimento, pois no auge do turismo de compra a região oferecia oportunidade de renda a todos que aqui chegavam, sem exigir qualificação profissional. Do lado empresarial e formal, a infra-estrutura para recepcionar o contingente de compristas que chegou em 1994 a cerca de 3.500.00, se multiplicou de forma extraordinária, enquanto milhares de pessoas entraram com facilidade no mercado informal. Dados levantados na época demonstravam que, em média, cada comprista deixara 50 dólares em Foz do Iguaçu a 1.500 dólares em Ciudad Del Este e 150 dólares no trajeto.

Neste período Ciudad Del Este se tornou o terceiro centro comercial do Planeta, com um movimento financeiro em torno de 12 bilhões de dólares/ano.

Com a implantação do Mercosul, que facilitou as exportações e importações, o comércio exportador de Foz do Iguaçu foi praticamente nocauteado, o turismo de compra, também em razão da redução da cota de 250 para 150 dólares, caiu continuamente a partir de 1995.

No ano de 1994 o número de turista excluindo-se os visitantes do Parque Nacional, foi aproximadamente 3.500.000. Já no ano de 2000 esse número foi apenas de 900.000, verificando-se uma queda acentuada na ordem de 2.400.000 compristas, gerando desemprego em massa e aumento da miséria com relação aos iguaçuenses.

De 1994 a 2000, os visitantes no parque Nacional mantiveram-se estáveis, provando que a economia baseada no turismo vai bem, porém insuficiente para empregar tantos imigrantes.

O desemprego de Foz do Iguaçu atinge cerca de 40.000 pessoas, aproximadamente 25% da população acima de 18 anos, conforme estimativa divulgada pelo IBGE. Esse índice é acima da média nacional, que é aproximadamente 13% da população brasileira. Respon-

sabilidade que pesa, não somente para o município, mas também para os governos estadual e federal, que não podem fechar os olhos para a região que continua sendo a fronteira mais movimentada do Brasil.

É necessário observar que o município não tem indústria nem agricultura, porém tem um segmento que pode vir a ser ainda melhor para o seu desenvolvimento, que é o setor de serviços e de comércio voltado para o mercado externo, principalmente aos países da tríplice fronteira.

São milhares de iguaçuenses que esperam a concretização de vocação, comercial e de prestação de serviços, setores que precisam ser viabilizados através da implantação de uma área de exclusão fiscal, como já tomam a dianteira Puerto Iguazu do lado Argentino e as cidades paraguaias da fronteira.

A implantação de um pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus na cidade de Foz do Iguaçu, através de um acordo entre os Estados do Paraná e do Amazonas, além de gerar milhares de empregos para o povo iguaçuense, vem ao encontro da vocação principal da cidade, uma vez que a comercialização dos produtos da Zona Franca de Manaus irá incrementar o turismo e, por outro lado, será barreira à evasão fiscal, correspondendo portanto aos interesses não só de Foz do Iguaçu e do Paraná, mas também da União e da indústria nacional.

A proposta do pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus em Foz do Iguaçu é uma alternativa ao projeto de criação da Área de Livre Comércio (ALC), que está engavetado na Câmara Federal, e resultado do trabalho da Comissão Pró-Área de Livre Comércio da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, presidida pelo vereador Edson Mezomo e integrada pelos vereadores Ademir Hajak, Marcelino Moura, Vilmar Andreola, Maxciel Pedroni, Nilton Nadai e Adilson da Silva, que culminou na assinatura de um protocolo de intenção entre o município de Foz do Iguaçu e o Estado do Amazonas, em 09 de julho de 2001.

O projeto de lei em tela já foi apresentado na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, conta o signatário com o apoio dos demais pares para aprovação da matéria em pauta.

PROJETO DE LEI Nº 474/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Samaritano - Asboms, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A Assistência Social Bom Samaritano - Asboms, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, cultural, cristão.

Tem por objetivo a promoção da assistência social, à família, à maternidade, à infância, aos adolescentes, aos portadores de deficiências, à velhice e aos taxicômanos, entre outros, instituir creches, programas na área de saúde, médico e odontológico.

Considerando o elevado propósito da referida entidade social, conclamamos aos nobres pares, a aprovação desta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 475/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - os veículos automóveis próprios ao transporte escolar, classificados em regulamentação própria.

Parágrafo Único - Para a obtenção do benefício previsto nesta lei é necessário:

I - que os adquirentes sejam motoristas profissionais autônomos,

II - e titulares de autorização para a condução coletiva de escolares,

III - e que destinem o veículo exclusivamente para tal fim.

Art. 2º - A partir do exercício subsequente à publicação desta lei, a renúncia anual de receita decorrente da isenção referida no artigo 1º será apurada pelo Poder Executivo, mediante projeção da renúncia efetiva verificada no primeiro semestre.

§ 1º - Para os fins do disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000, o montante anual da renúncia, apurada na forma do *caput*, no mês de setembro de cada ano, será custeado à conta de fontes financiadoras da reserva de contingência, salvo se verificado excesso de arrecadação, apurado também na forma do *caput*, em relação à previsão de receitas, para o mesmo período, deduzido o valor da renúncia.

§ 2º - O excesso de arrecadação porventura apurado nos termos do parágrafo 1º, *in fine*, será utilizado para compensação do montante da renúncia.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Educação certamente é um dos alicerces do desenvolvimento e da democracia. Entretanto, as dificul-

dades de acesso à escola não se limitam à ausência de prédios escolares próximos às residências das famílias, mas também à dificuldade de locomoção para os centros e núcleos que dispõem de sistemas escolares adequados.

A efetiva prestação do transporte escolar em condições de segurança é garantia de maior frequência à escola e de melhor aprendizagem e cumprimento do comando constitucional de que a educação é "dever do Estado e direito de todos" (artigo 205, CF/888).

De outro lado, atende o dispositivo do artigo 208, VII que diz:

"O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

.....

atendimento ao educando, através de programas suplementares de material didático - escolar, transporte...."

O presente projeto de lei busca atribuir ao transporte escolar os benefícios fiscais do ICMS concedidos ao longo dos últimos anos ao transporte individual de passageiros, na modalidade taxi, pela similitude das atividades de serviços prestados.

O projeto de lei se enquadra nos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, assim como legislação estadual pertinente, e possui amplo alcance de justiça social e de interesse da sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 476/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As provas dos concursos públicos para ingresso na Administração Pública Estadual Direta, Indireta ou Fundacional, realizar-se-ão aos domingos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Independente de minha convicção religiosa e de até porque outros, que também pensem diferente do aqui sustentado e longe de polemizar, gostaria de lembrar que o Evangelho, ensina que Jesus também curou no dia santificado, entretanto as ponderações aqui expostas servirão para atender os que professam como dia santificado o sétimo dia da semana. A esses é que o presente projeto de lei visa beneficiar e respeitá-los nas suas crenças religiosas.

Para sustentar essa posição louva-se dos seguintes respaldos bíblicos e doutrinários a seguir:

No livro de Êxodo 20:8 a 11, disse o Senhor a Moisés no monte Sinai sobre o 4º mandamento, enquanto mostrava-lhe os demais:

“Guarde o sábado, que é um dia santo. Faça todo o seu trabalho durante seis dias da semana; mas o sétimo dia é do dia de descanso, dedicado a Mim o seu Deus. Não faça nenhum trabalho nesse dia, nem você nem os seus filhos, nem os seus escravos, bem os seus animais, nem os estrangeiros que vivem na terra de vocês.

Foi por isso que Eu, o Deus Eterno, abençoei o sábado e o separei para ser um dia santo”.

Ainda dirigindo-se a Moisés e a Seu povo, o Senhor diz também em Êxodo 31:12, 16 e 17, confirmando a promessa:

“(…) Guardem o sábado (…), pois é um sinal de união entre Min e vocês para sempre, a fim de mostrar que Eu, o Deus Eterno, os separei para serem o meu próprio povo”.

“O povo de Israel deverá guardar esse dia como um sinal do acordo. É um sinal de união para sempre entre Mim e o povo de Israel (…)”

O sétimo dia foi criado e abençoado para ser um dia de descanso tanto para o nosso Criador como para nós. E Ele deixa bem claro que este dia é o sábado, e não o domingo, como a maioria do cristianismo apregoa. Além disso, é um “sinal de união para sempre” entre Ele (Deus) e o seu povo, que na época era o povo de Israel.

Em Ezequiel 20:12, diz o profeta:

“Como sinal do nosso acordo, mandei que eles (o povo de Israel) guardassem o sábado e assim se lembrassem de que Eu, o Eterno, os separei para que se dediquem somente a Mim”.

O selo ou sinal de Deus e seu povo estão representados pelo sábado. Assim como um governo, país, empresa ou organização que tem seu símbolo, o quarto mandamento, ou seja, o santo sábado, é a marca do nosso criador.

A Lei de Deus, ou os dez mandamentos, assim como o sábado, foram estabelecidos desde a criação do mundo (Gênesis 2:1 a 3), e entregues por nosso Senhor Moisés no monte Sinal, para que o Seu povo (na época os israelitas), conhecessem e os pusessem em prática, conforme Êxodo capítulo 20.

A primeira coisa que Deus declarou santo foi o sétimo dia: “E abençoou Deus o dia sétimo e o santificou; porque nele descansou de toda a obra que, como Criador, fizera”. Gênesis 2:3. “O sábado é um monumento no tempo. Então, ninguém tem que procurá-lo. O sábado sempre vem para nós cada semana. As coisas terrestres, como monumentos ou lugares santos, podem ser destruídas. Mas o sábado está trancado seguramente no templo e não pode ser destruído. As pessoas podem evitar coisas santas e lugares santos. Mas o sábado sempre os acolhe. Não importa quanto eles tentem fugir, o sétimo dia sempre os alcança.”

Como salientado o presente projeto de lei objetiva impedir a realização de concursos públicos aos sábados, eis que nesse procedimento têm-se excluído muitos cidadãos que, por força de convicção religiosa, ficam fora do

certame, face impedimento de praticar determinadas atividades no sétimo dia da semana.

Ademais, a realização das provas em concursos públicos aos domingos não traz nenhum transtorno ou prejuízo para a Administração Pública na realização dos concursos e, por outro lado, os candidatos são beneficiados por não perderem dias de serviço e terem acesso mais facilitado aos locais das provas por tratar de um dia de feriado e conseqüentemente de pouco movimento no trânsito.

Pelo exposto, e contando com os doutos suprimentos dos ilustres deputados, contamos com o apoio para a aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria de tomar um pouco a atenção de vocês para voltar à questão das invasões de terras no Estado do Paraná. Volto, inclusive, a falar sobre a Fazenda Vale do Sol no município de Ortigueira, na região central do Estado, que foi invadida neste final de semana, cujo proprietário Kamal El Kadry possui essa única fazenda como propriedade. Ele ficou refém dos sem-terras, juntamente com outros quatorze funcionários dessa fazenda produtiva, onde quebraram cercas, destruíram plantações e estão fazendo, diariamente, churrasco, com as mil cabeças de gado que ele possuía na sua propriedade.

Tomo a liberdade e peço aqui para que os senhores e a imprensa aqui presentes possam ouvir uma gravação feita com ele. Vou reproduzir somente um minuto para ver o grito lacinante de uma pessoa desesperada vendo tudo aquilo que conseguiu amealhar durante a sua vida inteira sendo consumido, destruído pelos sem-terra. Gostaria que vocês ouvissem:

(Reprodução de gravação com Sr. Kamal El Kadry)

Para aqueles que não conseguiram ouvir, porque a qualidade está precária, ele terminou dizendo: “Vou dar um tiro na minha cabeça”! Não tem mais a quem recorrer, já fez tudo o que podia e está lá à beira do suicídio, um fazendeiro, um pioneiro de Londrina, gerador de empregos, descendente de libaneses que está sofrendo com as invasões de terras.

É um grito de alerta, senhoras e senhores deputados, um pagador de impostos, um gerador de empregos que só está pedindo justiça!

O sem-terra que está com a chave da casa dele disse, quando abriu a casa para imprensa filmar: “olha só, este é o mastro da burguesia”! Uma casa com lareira, um recanto que ele construiu com uma piscina com o suor do seu rosto para lazer da sua família durante 30 anos, está sendo dilapidado!

Os sem-terra estão comendo a carne dos bois que ele criou, estão tomando banho na piscina e estão lá usufruindo de uma propriedade particular, produtiva. E eu só gostaria de finalizar para dizer aqui que infelizmente, “no frigar dos ovos” quem vai pagar essa conta é a própria população, porque ele vai entrar na Justiça, que pode demorar vinte, trinta anos. Vai ter que ressarcir esse proprietário rural pelos prejuízos que ele está tendo hoje! Isso pode virar um precatório.

Mais cedo mais tarde, todos nós que aqui estamos, mesmo aqueles que não têm terra, mesmo aqueles que moram na cidade, nós, paranaenses, vamos ter que pagar essa conta.

Por isso, o apelo que faço aqui, que vocês tomem providências, que o secretário da Segurança Pública possa agilizar a reintegração de posse dessa propriedade juntamente com a Polícia Militar que não tem efetivo. É uma delegada sozinha; houve três homicídios nos últimos três dias e a Polícia não tem efetivo para cumprir a reintegração de posse.

Esse é apenas um dos exemplos de mais de noventa invasões de terras que, infelizmente, tomaram conta do Estado do Paraná.

É um estertor, é o grito lacinante de um pai de família, de um produtor rural que o único pecado que cometeu na vida foi comprar uma fazenda, foi dar empregos, foi produzir, e infelizmente, o direito de propriedade não está sendo respeitado!

Pelo amor de Deus, senhor governador em exercício, o senhor é um homem do campo, senhor Orlando Pessuti! O senhor sabe das dificuldades para se fixar um homem no campo num país que não tem subsídio agrícola!

Faça justiça, antes que esse homem se mate com um tiro na cabeça, como acabei de mostrar aqui na reprodução da gravação que eu fiz agora pela manhã!

Era o que eu tinha, senhor presidente, muito obrigado!

O. SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho à tribuna, na tarde e hoje, para fazer uma justa homenagem.

Aqui, na tribuna de honra, se encontram o Sr. Manoel Pacífico da Cruz, que é o gerente da Agência do Trabalhador do Estado do Paraná, a Maria Auxiliadora, que é sub-gerente, gerente adjunta, os supervisores, as chefias da agência de Curitiba.

No dia 25 de junho passado, a agência completou 26 anos de existência no Estado do Paraná.

(Lê):

“Em 03 de novembro de 1976, por força do Decreto nº 2.459, no governo Jaime Canet Júnior, nascia no Estado o Programa Paranaense de Emprego, o Propae.

Ajustava-se assim, o Estado, às diretrizes do Sistema Público de Emprego - Sine - criado em 1975, por sessão da Organização Internacional do Trabalho. O Propae vinculado à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio - SEIC - tinha como objetivo principal organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capaz de subsidiar a operacionalização da política de emprego a nível local e regional, dentro do estabelecido pelo Ministério do Trabalho.

Desta forma o Sine-PR organizou-se e definiu o cronograma de implantação das primeiras Agências Públicas de Emprego, incluindo na sua primeira etapa Curitiba, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina e Paranaguá.

Segundo reportagem do Diário Popular de 1º de maio de 1997, o Sine-PR, iniciou o levantamento do índice desemprego na Região Metropolitana de Curitiba pesquisando as 500 maiores empresas. Contando com uma equipe de universitários, foi possível verificar o contingente da força de trabalho existente na região de Curitiba, incluindo admissões e demissões, feitas no período de janeiro a abril de 1977. Segundo o advogado e escritor Laércio de Souto Maior, esta foi a primeira pesquisa de emprego formal realizada no Estado.

O coordenador estadual do Sine-PR, Carlos Alberto dos Reis Guimarães, nomeia como primeiro gerente o Sr. Narbal Orestes May. Após o treinamento da equipe dos primeiros servidores, na data de vinte e sete de junho de 1977, nasceu na rua Dr. Pedrosa, nº 44 - Centro, a primeira Agência do Sine no Paraná.

Em parceria com a Coordenadoria de Estudos, Pesquisas e Relações de Trabalho, a agência publica o seu 1º caderno sobre o perfil de 202.280 trabalhadores cadastrados em 2002, junto com dados do último Censo - IBGE e Iparde, além de diversas tabelas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e da Relação Anual de Informações Sociais, relacionadas com o mercado de trabalho formal e informal de Curitiba.

A Agência do Trabalhador mesmo nos momentos mais recessivos como no período Collor - 1990 a 1992 - teve o apoio do empresariado paranaense. No início da década de 1990, quando o quadro de pessoal teve que ser absorvido pelo Governo do Estado e sua infra-estrutura física em estado bastante precária, o Sine de modo geral virou séria preocupação no Fórum da Parceria da Associação Comercial do Paraná. Nesses 26 anos aproximadamente 210.000 trabalhadores foram colocados no mercado formal de trabalho.

Com o objetivo de atender às expectativas da comunidade, atualmente vem sendo utilizado formulário disponibilizado aos trabalhadores, empresários e demais usuários dos serviços da Agência. Trata-se de importante ferramenta de natureza corretiva e preventiva para garantia da qualidade dos serviços e avaliação do grau de satisfação de quantos procuram atendimento na Agência.

A exemplo da Agência do Trabalhador de São José dos Pinhais, também a de Curitiba está efetivando neste

mês sua parceria com a Universidade Federal do Paraná, tendo em vista a preparação de candidatos, utilizando estagiários do Curso de Psicologia da UFPR, supervisionados pela professora Yara Bulgacov. Já a parceria, com a Pontifícia Universidade Católica acontecerá através de cursos ministrados por acadêmicos de Administração, Ciências Econômicas, Contábeis e Direito, fruto da iniciativa da professora Solange Barbosa, coordenadora da Casa do Empreendedor e diretora adjunta do Curso de Administração.

Empresa como New Holand, Bosch, Parmalat, Super Muffato, Condor, Gráfica e Editora Posigraf, Auto Viação Curitiba, Cidade Sorriso, Rosh, Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz, Transteiner Serviços de Limpeza, e tantas outras, vêm oferecendo vagas para pessoas com deficiência. A Agência neste sentido está intensificando sua Campanha de cadastro de Candidatos junto às entidades, escolas, igrejas, conselhos e órgãos estaduais e municipais para o pleno atendimento das solicitações das empresas e dos requisitos exigidos para o cargo ou atividade.

De um universo de 202.280 trabalhadores que procuraram emprego na Agência do Trabalhador de Curitiba, 14,55% deles tinham o 1º grau completo e 18,54% o 2º grau incompleto, 34,74% o 2º grau completo, 5,78% o Superior Incompleto e 4,45% o Superior Completo. Deste quadro ainda faz parte um grupo de candidatos que constitui 21.95% do geral que apenas iniciou ou não concluiu o 1º grau. Estes segmentos constituem clientela potencial das entidades profissionalizantes. Conversas neste sentido vêm sendo realizadas entre a gerência, o Senai, Senac e Universidades, atendendo determinação da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social em estreitar estas parcerias para assegurar aos trabalhadores melhores condições de qualificação profissional, pré-requisito, muitas vezes de seu ingresso no mercado de trabalho.

Em 26 anos de árduo trabalho, de 540.000 vagas de emprego conseguidas junto a diversas empresas, após a passagem de milhares de pessoas encaminhadas para seleção, aproximadamente 50% foram empregadas pelo Sine em Curitiba. No período entre 1995 a maio de 2003, o atendimento a requerimentos de seguro desemprego, habilitou cerca de 455 mil trabalhadores. Muitos outros serviços de encaminhamento de candidatos a cursos, ou financiamentos a pequenos empreendedores se materializaram junto ao Banco Social.

A atual estrutura da agência central e mais oito postos de atendimento conta com funcionários prestadores de serviços terceirizados, contratados através do Governo do Estado, completamente informatizada, responsável pelo atendimento anual de mais de 200.000 trabalhadores”.

Por isso, presidente, Hermas Brandão, senhoras e senhores deputados, é justa a homenagem que prestamos à Agência do Trabalhador de Curitiba, pela comemoração dos seus 26 anos de existência. Uma longa trajetória

marcada pelo desbravamento, pela determinação do seu quadro de funcionários, pela pertinácia de todas as pessoas que fizeram do Sine e da Agência do Trabalhador, esta empresa estatal que é orgulho para todos nós.

Por isso, propusemos nesta Casa essa moção de aplauso a todos os trabalhadores que compõem a Agência do Trabalhador de Curitiba, na pessoa do gerente Manoel Pacífico da Cruz, que aqui está para receber esta homenagem.

Parabéns à Agência do Trabalhador, parabéns a seus funcionários. Que continuem nessa caminhada, ajudando a minimizar as dificuldades das pessoas, a qualidade de vida da nossa população, causando a alegria e a satisfação de milhares de paranenses.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao nobre deputado Nereu Moura, que faça a entrega ao Sr. Manoel Pacífico da Cruz, gerente da Agência dos Trabalhadores, da homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O deputado Nereu fará a entrega, em nome da Assembléia da homenagem desta Casa.

O SR. NEREU MOURA

(Procede à entrega da homenagem)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, com uma deferência toda especial desta Casa, o senhor Manoel Pacífico da Cruz.

O SR. MANOEL PACÍFICO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero, neste momento, registrar o agradecimento pela homenagem que os senhores e senhoras prestaram aqui a essa trincheira dos trabalhadores, por onde passaram milhares de trabalhadores e que recebeu do empresariado 540 mil oportunidades de vagas ao longo desses 26 anos e 215 mil foram colocados no mercado de trabalho.

Temos várias chefias, representantes da Agência do Trabalhador, aqui na nossa plenária, e queria deixar aqui o nosso agradecimento por esta homenagem que o Poder Legislativo, através dessa moção de autoria do deputado Nereu Moura, prestou a essa entidade e ao município de Curitiba.

Muito obrigado!

O SR. FRANCISCO BÜHRER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero noticiar o falecimento do ex-prefeito de São José dos Pinhais, Francisco Ferreira Claudino, conhecido como Dr. Kito. O velório está acontecendo na Câmara Municipal de São José dos Pinhais e vai para o cemitério às 15h30. Justifico já a minha ausência na votação, em seguida.

Quero aproveitar também para cumprimentar o Pacífico, que por muitos anos, por muito tempo, em São José dos Pinhais, trabalhando conosco na Prefeitura, uma

das pessoas que têm um grande trabalho em prol da população de São José dos Pinhais e agora está fazendo no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. FRANCISCO BÜHRER

Senhor presidente. Em São José dos Pinhais tem o João Ferreira Batista e o Claudino também. Não é o João Ferreira; é o Dr. Francisco Ferreira Claudino, que é o Dr. Quito. São dois ex-prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Dou uma sugestão a V. Exa., que redija o requerimento, para que a gente possa levar à família, os nossos votos de profundo pesar.

Concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Primeiro, quero participar à Casa que demos entrada, em forma de requerimento, de congratulações à senhora Bárbara Frank, professora da Universidade do Norte do Paraná, técnica da ginástica rítmica, que trouxe para o País mais três medalhas de ouro, fruto de um trabalho de anos de aplicação, tanto da técnica Bárbara, como da própria Universidade do Norte do Paraná - Unopar.

O deputado Barbosa Neto usou desta tribuna para falar da situação da invasão de Ortigueira.

Senhor presidente, senhores deputados. Conheço bem a realidade de Kamal El Kadry, um cidadão que esteve por mais de 40 anos erradicado em Ibiporã, com um pequeno comércio de confecções. Transferiu-se para Londrina e atua há alguns anos no comércio londrinense. Comprou a fazenda ou um lote de terra, de 400 alqueires e tem nessa propriedade 1200 cabeças de gado; 300 alqueires são de pastagem e 100 alqueires, plantados com soja. Além de ter na propriedade carneiros, suínos e equinos. É um homem que vive a produção rural; não é latifundiário, não é uma propriedade improdutiva, não é em nenhum momento propriedade para ser objeto de desapropriação ou muito menos de ocupação indevida.

Pertenço à base de governo, sou do PMDB, mas aqui não é uma questão de estar na base de governo ou de pertencer ao partido! É uma questão de estado de direito e de respeito a quem produz! O Estado do Paraná tem a sua economia toda calcada, justamente, na agricultura. Nós não podemos fazer da agricultura um instrumento da incerteza! Não podemos fazer da ação, da produção no campo, o instrumento da irresponsabilidade de alguns! Nós precisamos, e o governo do Estado precisa tomar uma medida urgente!

Sou favorável à reforma agrária. Ela precisa e deve existir, mas tem limites! Não pode, de forma alguma, desestruturar um setor competente, que neste ano respondeu por um acréscimo de 23 milhões de toneladas métricas no nosso País, agregando saldo de exportação, riqueza, permitindo que nós possamos ser um país que dê resposta, não só às nossas misérias e mazelas, mas sobretudo a necessidade mundial, que é a de alimentos.

Portanto, aqui, fica o nosso protesto.

No sábado, quando ocorreu pela manhã a invasão daquela propriedade, Kamal El Kadry e Cleonice, sua esposa, me ligaram para cá. Justamente naquele instante estava o Pessuti almoçando em casa, porque ele tinha uma atividade em Ibiporã junto conosco. Ele instruiu ao Kamal El Kadry que entrasse na Justiça, que o governo, diante de uma decisão judicial, evidentemente, tomaria as medidas cabíveis para esta questão. Foi o que o Kamal fez. Espero que o governo do Estado tome as iniciativas para que a propriedade lhe seja restituída e, sobretudo, que continue a dar curso à iniciativa que tem de produção naquela propriedade.

Senhor presidente, feito este registro, eu gostaria de passar ao conhecimento da Casa...

(Término do tempo)

(O deputado Nereu Moura concede o Horário da Liderança do PMDB)

Senhor presidente, esta Casa tem uma Comissão de acompanhamento da reforma tributária junto ao Congresso Nacional, indicado pela Mesa, através da pessoa do seu presidente, deputado Hermas Brandão. Fazem parte dela o deputado Reni, que é o seu coordenador, o deputado Durval Amaral, como membro, e este deputado que vos fala. O deputado Reni Pereira está em Brasília acompanhando os trabalhos e ontem ele ainda me pedia que fizesse um registro, senhor presidente, a esta Casa, no sentido de que as questões evoluíram, inclusive favoráveis àquilo que esta Casa sempre pleiteou. Hoje já se fala da criação de uma figura chamada “quase destino”.

O Brasil inova e inova até na expressão jurídica - quase destino - isto é, o ICMS não será genuinamente cobrado no destino e nem na origem. Haverá um quase destino. Quase destino seria designado 4% uma alíquota de 4% durante oito anos da próxima transição. Isto, para quê? Para que os Estados tenham interesse, os Estados de origem tenham o interesse de fiscalizar e de arrecadar os tributos do ICMS, das mercadorias que destinarão a outros Estados.

A energia elétrica é uma dessas situações e com certeza o Paraná terá um naco da energia elétrica que hoje nós perdemos integralmente. Os incentivos que antes estavam para ser eliminados de pronto com a reforma tributária, vigorarão para os próximos anos os incentivos. E ele também acena junto às discussões que haverá uma autonomia, os incentivos fiscais estão redigidos da

seguinte forma: os incentivos fiscais existirão e serão, por lei federal, estadual e municipal, disciplinados.

Então, parte do que esta Casa pleiteou em todo este período, nós estamos vendo agora o seu resultado sendo atendido. Isto foi possível graças a um visto coletivo solicitado ao relatório pela Comissão que vai ser julgada na data de amanhã, vai ser analisada e votada pela Comissão Extraordinária criada pelo Congresso Nacional para acompanhamento e avaliação da reforma tributária.

Nesta empreitada, senhor presidente, nós, com certeza, estaremos também contando com os Estados, não só produtores de energia elétrica, mas também com os produtores de energia provenientes do petróleo.

Este é o registro que faço a esta Casa de como está sendo encaminhada, pelo menos em rápidos termos, a reforma tributária no Congresso Nacional.

Muito obrigado e muito obrigado ao líder do Partido, pela cessão do tempo do PMDB.

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Eu gostaria, senhor presidente, a título de comunicado, registrar aqui a presença, no nosso plenário, do nosso companheiro, Rafael do Povão, que está aqui prestigiando a nossa Sessão, e demais companheiros da nossa vizinha cidade de Sarandi, do nosso companheiro deputado Padre Paulo.

Também registrar a presença do ex-deputado Federal de Maringá que também foi vice-prefeito do então prefeito Sílvio Barros, nosso grande companheiro que aqui está, Walbert Guimarães e do seu filho, Walbert Júnior.

Gostaria também de pedir aos nossos colegas, através da presidência, deputado e deputadas, enviando à família do embaixador Sérgio Vieira de Melo que estava numa missão bastante importante, numa missão especial, no Iraque, e lá faleceu. Gostaria de registrar aqui votos de pesar em nome desta Casa.

Quero também comunicar aos nobres colegas que pudessem permanecer no Plenário, após esta Sessão, prestigiando o ilustre maringaense, o tão famoso e querido engenheiro agrônomo, mais conhecido por nós de Maringá e também do Paraná o grande jardineiro de Maringá, Dr. Annibal Bianchini da Rocha.

Gostaria então de estar convidando aqui para que permaneçam no Plenário os deputados e deputadas desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, caros paranaenses.

Aproveito esta oportunidade para registrar a presença também do prefeito de Tupansi, Walder Ciraco,

bem como nosso vereador, presidente da Câmara, Carlinhos, acompanhados por demais lideranças daquele município.

O que nos traz à tribuna na Sessão de hoje senhor presidente, é uma questão que levantamos no final de junho, quando encerramos o primeiro período, antes do recesso de julho, aqui, durante uma Sessão Ordinária. Naquela ocasião recebemos uma mensagem, via internet no nosso celular, fazendo menção a um aumento que havia sido autorizado pela Aneel para que a Copel pudesse cobrar nas faturas de energia elétrica nos meses seguintes.

Naquela oportunidade nós levantamos essa questão e pedimos, inclusive na mesma Sessão e foi feito um requerimento, assinado pelos deputados da Oposição, pedindo que o Governo do Estado, através da Copel, não concedesse e não aplicasse este percentual de aumento nas faturas de energia elétrica.

Fomos tomados, não de surpresa, mas informados uns dias depois, que a Copel havia anunciado que estes 25% de aumento na fatura de energia elétrica seria incluída na tarifa residencial, comercial e industrial mas o mesmo percentual iria ser dado em desconto para os consumidores que pagassem a sua energia em dia.

Naquela ocasião nós também ocupávamos esta tribuna e dizíamos que eles estavam penalizando exatamente a classe pobre, quando na campanha o governador Roberto Requião havia prometido para o Estado do Paraná a energia elétrica de graça, a água de graça, e um litro de leite para cada criança pobre.

E, como o próprio governador disse, através da Copel, que este aumento que havia sido aplicado iria ser reduzido em desconto. Todos os consumidores do Estado do Paraná devem ter recebido uma cartilha, um esclarecimento da Copel em relação ao desconto. Faço até questão de ler um trecho do comunicado, deputado Anibelli, V. Exa. que é o Líder do PMDB.

Em resumo, diz o seguinte “quem paga a conta de luz até a data do vencimento e está em dia com a Copel, garante o desconto para a conta da luz do mês subsequente”. Isso foi recebido esse mês.

A semana passada, aqui na Assembléia, quando levantamos essa questão, o deputado Antonio Anibelli fez menção, disse que o aumento não seria aplicado, porque a Copel não havia sido privatizada - ela continua nas mãos do governo do Estado.

Pois bem. Hoje a imprensa aqui na capital anuncia aquilo que nós já havíamos previsto, nós já havíamos falado que eles estavam dando desconto, mas não sabíamos até quando; vai chegar o momento em que eles vão tirar o desconto. E hoje a imprensa anuncia, para surpresa dos paranaenses, quase junto com o comunicado que diz que os consumidores terão desconto na energia elétrica no mês subsequente. E hoje a imprensa, para tristeza dos consumidores do Estado do Paraná, anuncia que esse desconto será retirado gradativamente e que ainda esse ano teremos...

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

O senhor me concede um aparte?

O SR. ELIO RUSCH

Concedo e o senhor me concede o horário do PP?

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

O Regimento não permite.

O SR. ELIO RUSCH

Claro que permite!

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Gostaria muito que pudesse, mas o parlamentar de um partido não pode ceder o horário para outro de partido diverso.

Acabei de recusar agora há pouco na tribuna.

O SR. ELIO RUSCH

Uso o Horário do PFL.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

O senhor tem, dentro do Horário da Liderança, o tempo de 5 minutos.

O SR. ELIO RUSCH

Só para concluir o meu raciocínio e já lhe cedo aparte, deputado Fernando Ribas Carli.

Então esse ano ainda teremos um aumento da energia elétrica no mês de outubro de 5,8, no mês de novembro 5,0 e no mês de dezembro 5,0 de aumento na energia. E aí eu pergunto: A Copel é nossa?

O Sr. Fernando Ribas Carli

Ilustre deputado Elio Rusch, e senhor presidente.

Estamos triste muito tristes, porque estamos assistindo na prática o que não foi feito no discurso de campanha. Na verdade, todos nós esperamos que o discurso se concretize na prática. O que assistimos, ilustre deputado Elio Rusch, é mais uma das demagogias conhecidas do governador Requião. E nós dizíamos isto, quando ele anunciou que não iria repassar o aumento para as contas de energia. Dizia mais, que foi a Aneel que concedeu o reajuste, quando sabemos que todas as empresas distribuidoras de energia em cima de uma planilha, solicitam à Agência Nacional - que regulamenta e rege o consumo e a distribuição de energia elétrica a um aumento das tarifas em função do aumento dos seus custos.

E fomos contestados: “não, a Copel é nossa! O governador é que manda.”

Não manda não, deputado Elio Rusch! Não manda não, senhor presidente; a Copel não é nossa! A Copel é uma empresa de capital aberto, que tem suas ações negociadas em bolsa de valores, não só do Brasil, mas em bol-

sas de valores do mundo todo. A Copel foi é e será passível de sofrer ações por parte dos acionistas minoritários, quando impõe a esses acionistas minoritários prejuízos, por não reajustar suas tarifas de acordo com suas planilhas e, agora certamente aqueles que estão no poder descobriram que nós vivemos num regime capitalista, que a Copel não é nossa, que a Copel pertence aos acionistas, que a Copel tem que dar lucro, que a Copel tem dar dividendos àqueles que acreditam e compraram as suas ações. Tudo isso dissemos e fomos contestados, e a prova, deputado Elio Rusch, o senhor coloca agora através das notícias da imprensa, não só da imprensa escrita, mas também da falada e da televisada, de que este aumento será repassado ao consumidor em mais de uma vez.

É aquela questão: vai-se fazendo em doses homeopáticas, mas faz o aumento. Então, o povo vai sentir este aumento. Hoje, com seu pronunciamento fica claro, fica evidente e mais uma vez cai a máscara e comprova-se, na prática, que a mentira tem perna curta, porque disse que não ia repassar o aumento, passando pouco tempo, e é anunciado que esse aumento será repassado e todos nós temos que pagar mais este aumento da energia elétrica! A Copel não é nossa, a Copel pertence aos seus acionistas e o Estado detém uma participação acionária da Copel, mas tem milhares de acionistas que querem saber dos seus dividendos e querem ter lucro!

Parabéns pelo seu pronunciamento e mais uma vez o senhor coloca com muita precisão, com conhecimento, um assunto importantíssimo que diz respeito a todas as famílias do Paraná.

Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Concedo aparte ao deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli

Deputado Elio Rusch, a Copel é nossa, sim, porque nós que não vendemos a Copel! O deputado Ribas Carli, que foi o autor do parecer pela venda da Copel, pode ser que não seja sua ou V. Exa. ainda esteja com raiva de nós, que não vendemos a Copel! Mas, é um orgulho nosso, do Paraná e o governador Requião debatia com V. Exa. semana passada e dizia que os 25% não repassados para o consumidor eram uma atração de empresas para o Paraná. E hoje também me pega de surpresa a imprensa do Paraná, quando diz que serão repassados cinco, mais cinco e mais cinco. Infelizmente, se vier, eu não acredito ainda. Mas, ainda que vier, não gostaria que viesse, ainda sobram 10%. Mas acredito que não.

O governador Roberto Requião está no Texas, hoje, tentando convencer a ministra que o projeto do Paraná é o melhor e não o do Governo Federal, que quer fazer um pool das empresas que fornecem energia ao Brasil para que seja toda a energia agregada num pool e depois seja distribuída a um preço equivalente em todos

os Estados. E o Paraná será prejudicado também, porque o Paraná não poderá repassar a energia mais barata ou atrair empresas daquilo que detém hoje, de tantos governos que honraram este Estado construindo usinas e o Estado sendo um dos maiores produtores de energia no Brasil.

Então, deputado Elio Rusch, a sua estranheza é válida. A nossa estranheza pela imprensa, e não sei se é válido o que a imprensa está dizendo ou de onde é que tira, porque o nosso governador não está aí. Só sabemos que a Copel demonstra um lucro porque não foi vendida; fez um acordo com a CIEN que roubava o Paraná de valores, cobrava 40 dólares de energia e nós vendíamos a 1 dólar, que seria mais ou menos 4 reais. Então, a Copel está se resgatando na sua história, e espero que V. Exa. esteja errado e que eu também esteja - que não venha esse aumento.

E, se vier, iremos debater para saber como chegou a tanto esses 15% que se anuncia e que, na verdade, deveria ter sido de 25 e o governador Requião não aplicou os 25%.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço ao deputado Antonio Anibelli, e aliás, V. Exa. como líder do PMDB, poderia levar ao conhecimento do Palácio Iguaçu, talvez à assessoria do Palácio, até dentro da própria Copel. Eles têm que ficar sabendo que estão penalizando exatamente o pobre, com desconto para quem paga em dia! Quem paga em dia a energia é quem tem dinheiro! Quem não paga em dia, é o pobre, a quem foi prometido luz de graça, na campanha!

Passados sete meses de campanha, diz que vai dar o desconto, e penaliza exatamente o pobre, porque ele não paga em dia. Quem atrasa as contas é o pobre que não tem dinheiro; ele que tem que pagar 25%. Mas já estava prevendo isso, presidente, que esses 25% era para fazer um “oba-oba”. E agora está aqui simultaneamente. Quando se recebe o esclarecimento sobre o desconto, se dá 15% de aumento. E já vão anunciar que os outros 10% vão ser implantados em janeiro e fevereiro do ano que vem. Ora! O que é isso?

O que mais nos causa estranheza, senhor presidente, é quando eles dizem que vão aumentar 15% de energia elétrica; no momento em que anunciam, não sei se é um jogo contábil ou se é verdadeiro, anunciam que a Copel deu 266 milhões de lucro no primeiro trimestre.

Ora! Se deu 266 milhões de lucro, por que penalizar o nosso consumidor? Vamos cumprir com as promessas de campanha?

Isso nos causa estranheza, e isso merece esclarecimento.

Muito obrigado!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

Gostaria de destacar e agradecer a presença nesta tarde, nesta Casa de Leis, do prefeito do município de

Candói, Elias Farah; prefeito de Foz do Jordão, Olívio Amâncio; prefeito de Virmond, Osmar Palinski, assim como também do prefeito de Reserva do Iguaçu, Juca Farah e de São João do Ivaí, Ives Simão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Esta Presidência se associa a esse seu registro e solicita a Ata, que o faça.

Com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu ouvia atentamente aqui o deputado Elio Rusch, falando sobre a Copel, e sobretudo sobre as tarifas de energia elétrica que foram reajustadas. Por certo elas deveriam ser reajustadas mesmo. Tenho em minhas mãos uma informação que recém-chega, de que a Copel, e só faço isso em função da própria solicitação do governador, porque tenho certeza que ele sequer tem conhecimento disso. Contratou agora no mês de maio, um escritório de advocacia que poderia ser um escritório do Paraná, mas não sei por que razão não o é. E um escritório de São Paulo. Por certo a nossa Ordem dos Advogados do Brasil-Paraná, Curitiba, não teria advogados qualificados, gabaritados para poder prestar assessoria à Copel...

Por certo, deputado Elio Rusch, e aí pergunto, em meu pedido de informação. A Copel não tem um quadro de advogados! Por certo a Copel não tem assessores jurídicos! Por certo não há na folha de pagamento da Copel, advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil para prestar assessoria ou acompanhar as questões jurídicas que envolvam aquela empresa. Veja bem, estou solicitando inclusive no meu pedido de informação, se a Copel tem advogados. Se tem, quantos são. Se quantos são, quanto se gasta. Se se gasta, qual é a média de gasto para cada advogado. Acredito que, se somarmos a remuneração de todos os advogados da Copel, quem sabe até durante o ano, não dará o que esse escritório de advocacia do Estado de São Paulo recebeu apenas para transigir ou para negociar acompanhar, assessorar, como cada um melhor convier e entender um milhão e duzentos mil reais? Estou dizendo um milhão e duzentos mil reais só para acompanhar uma pendência que não é jurídica, mas que poderá se tornar jurídica, entre Copel e a UEG Araucária. Parece muito? Para mim, parece! É bastante!

E eu pergunto: será que a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Curitiba, foi consultada para saber se neste Estado haveria advogados em condições semelhantes ou igual ou quem sabe até superior para prestar os mesmos serviços, talvez até com uma remuneração bem inferior? Quem sabe os advogados que trabalhem na Copel, diante de uma contratação de um milhão e 200 mil reais, não deveriam todos eles pedir demissão? Porque o que lá estão fazendo?

E outra questão, esta um pouco mais amena: para analisar as informações financeiras contidas no contrato,

foi contratado também o Instituto de Direito Civil - se não me falha a memória - por uma quantia simbólica, que é de um milhão e duzentos mil reais, para emitir, entre aspas: uma opinião no valor de 70 mil reais!

Confesso a vocês que não acredito que o governador tenha conhecimento disto. E é por não acreditar, e inspirado nas palavras do governador naquela tribuna é que trago esta informação, não esta denúncia, este pedido de informações, para que efetivamente a Copel nos traga uma explicação convincente, porque a mim não convenceram, jamais! Por um milhão e duzentos mil reais, para analisar um contrato apenas, é um desrespeito com os advogados brilhantes que são, muitos deles formados aqui no Paraná, ou que militam neste Estado, é uma afronta a toda ordem dos Advogados do Brasil, sub-seções Paraná, do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Quero dizer ao deputado que a Bancada de apoio ao governo dará apoio ao seu requerimento, fazendo totalmente o contrário de V. Exa. quando era líder do Governo - eu sou apenas líder do PMDB - que negava informações ao Paraná e a este Parlamento. Nós apoiaremos o vosso requerimento, para que V. Exa. amanhã ou depois, venha dizer da mesma tribuna se é verdade ou se não é verdade.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Espero que esta mesma prática que o senhor falou agora com relação aos bingos, que nós fomos acusados ao longo dos anos de negar a implantação das CPI's - aproveitando este seu discurso - que o senhor subscreva a CPI dos Bingos, que vai fazer muito bem, em nome da verdade, ao Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Esta Presidência não vai permitir discussão paralela, depois do pronunciamento.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Se V. Exa. assinar a do Caixa II do Taniguchi, que tanto nós criticamos, e do roubo do Paraná e Banestado e da Copel e do Pedágio, que V. Exas. não assinaram, nós assinaremos.

O SR. DURVAL AMARAL

Mas eu não estou dizendo que é a CPI do Caixa II. Desculpe, se o senhor entendeu que esta CPI seja...

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Esteve presente, ontem, em nosso Estado, pela terceira

vez, desde o começo da gestão Lula, o ministro Humberto Costas, fazendo a liberação de 122 novos leitos de UTI, numa programação para até março do ano que vem, chegando ao número de 327 leitos para o Estado do Paraná.

Uma programação que certamente vai ajudar o Estado do Paraná a suportar o caos na saúde, que se instalou, em função especialmente, da falta de investimentos estaduais, em especial a falta do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, que não me cansarei de dizer, lesou os paranaenses em um bilhão e 29 milhões.

Teremos o orçamento para votar e o ministro nos falava, a mim e aos demais deputados que lá estiveram, há um compromisso do governo federal cumprir a Constituição e ampliar os recursos da saúde, mas solicitou que nós, do Estado do Paraná, no próximo Orçamento, corrigíssemos essa distorção grave, que mata, que ceifa vidas, pois que nós nunca ouvimos dizer que alguém ou no regime particular ou com convênios, tenha morrido por falta de UTI. Morre por falta de UTI apenas aquele usuário do Sistema Único de Saúde. Portanto, recurso em saúde tem que ser destinados para clientela abertas, destinado para fundos estaduais e municipais de saúde, para que os conselhos deliberem sobre a política.

Há de se mudar o modelo para que o atendimento de urgência e emergência não se faça apenas nas cidades-pólos, Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Curitiba e Cascavel, mas criando novas microrregiões. Falava hoje, com o deputado José Maria, nosso presidente no momento, que Ivaiporã - a sua cidade, Cambé, cidade do deputado Durval Amaral, precisam urgentemente ter hospitais aparelhados para atender casos de alta complexidade. Beltrão, Hospital Regional do Sudoeste, Foz do Iguaçu, o deputado Dobrandino também esteve com o ministro reivindicando, mas se nós não cumprirmos o dever de casa fica difícil demandarmos sobre outros orçamentos, uma responsabilidade que também nos cabe!

Portanto dizer novamente que o ministro Humberto Costa, orientado pelo presidente da República, está cumprindo o compromisso de dizer e reafirmar e fazer saúde com prioridade, educação com prioridade, habitação com prioridade, porque diga-se de passagem, os programas habitacionais que subsistem no Estado apenas o fazem com recursos da Caixa Econômica Federal. Será preciso de fato ordenarmos o Orçamento.

Para concluir, foi um evento ótimo, tranquilo, sereno e nós precisamos criar no Paraná esse movimento para unir a classe política do Paraná, unir os setores da sociedade civil, que querem um Paraná melhor, precisamos olhar para frente, construirmos juntos uma política de transformar de fato a vida dos paranaenses, e isso o governo Lula está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Convido o senhor Celso Lisboa de Lacerda, representante do Incra, que faça o uso da palavra utilizando-se da tribuna.

Pela ordem, com a palavra o deputado Padre Paulo.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Celso Lacerda, Superintendente do Incra, nosso companheiro. Tenho ouvido do Celso várias vezes palavras que tem sido para mim motivo de muita honra ter um companheiro desse como superintendente do Incra. O Celso sempre diz que está ansioso por ver acontecer a reforma agrária tão almejada por nós. Que está na expectativa que isso aconteça. Nós já falamos aqui tantas vezes, do interesse, da preocupação do presidente Lula, do seu programa de governo, programa do nosso partido, de implantar neste país a verdadeira reforma agrária. Hoje, o nosso companheiro aqui vem para estar expondo como está a situação do Incra no Estado do Paraná, como ele o recebeu, e quais são as propostas objetivas de trabalho ao longo desses 4 anos.

Seja bem-vindo.

Quero apresentar o companheiro vereador de Sarandi, João Lara, que também se faz presente nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA

Senhor presidente José Maria Ferreira, demais deputados, é um prazer para mim estar aqui hoje, para poder esclarecer o que temos feito no Incra, como está se dando esse processo de transição que estamos passando, e qual é a idéia do governo Lula, o que pensamos em termos de reforma agrária para o país e para o Estado do Paraná.

Gostaria de começar dizendo como se dá um processo de implantação num projeto de assentamento, para que todos entendam, para poder obviamente subsidiar os comentários.

O projeto de assentamento se inicia com obtenção da área. E a obtenção da área pode ser de duas formas hoje pela legislação da reforma agrária vigente. Pode ser via desapropriação, que é uma obtenção compulsória por parte do Governo. E se dá, pela Constituição brasileira, nas áreas improdutivas, com uma regulamentação específica dessa improdutividade.

E a outra maneira, pelo processo de compra. Através do Decreto 433, que tem a prerrogativa de o proprietário aceitar essa venda para o governo.

Fizemos um levantamento dentro do Incra do Paraná, quando assumimos a superintendência, e chegamos a algumas conclusões.

Por exemplo: um processo de desapropriação leva, no Estado do Paraná, em média 15 meses para se concluir, desde quando se notifica o proprietário até a emissão da posse que o juiz concede para o Incra.

Fizemos um estudo, junto com o Incra de Brasília, com a Procuradoria Geral, e esse prazo poderia ser reduzido a 8 meses, na melhor das hipóteses.

Um processo de compra se dá em torno de 10 meses. E pode ser reduzido a 4 meses.

A partir da hora que o Incra vistoria uma propriedade, classificada como improdutiva, esse processo se dá no campo judicial, e temos áreas aqui que se levou 4 a 5 anos para se desapropriar, porque se tinha dúvidas se era improdutiva.

Depois da emissão de posse, por parte do Incra, vem o processo que é chamado de PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento. É um trabalho técnico, elaborado por um técnico da área agropecuária que determina quantas famílias podem ser assentadas naquela fazenda, levando em consideração todos os aspectos técnicos. Esse PDA norteia os rumos do investimento e determina quantas famílias serão assentadas. A partir daí, o Incra procede à seleção dessas famílias; faz o parcelamento da área, um trabalho de topografia; faz o sorteio desse lotes; aloca cada família no seu lote e libera três tipos de créditos.

O crédito chamado Alimentação e Fomento, que é no valor de 1200 reais, para que as famílias possam comprar ferramentas básicas, possam comprar até comida se for necessário.

O segundo crédito chamado de habitação, no valor de 2500 reais, para que o assentado possa construir a sua casa. Obviamente sabemos que não dá esse valor para construir uma casa, mas o assentado complementa com recursos próprios, entra com a mão-de-obra ou coisa parecida.

O terceiro crédito, é um teto-limite para cada assentado de 2000 reais, para investimento de infra-estrutura nessa área. Infra-estrutura que o Incra tem recomendado é: construção de estradas, distribuição de água e energia elétrica.

Aí está completo o ciclo de assentamento de um projeto de assentamento, desde a sua desapropriação até a sua implantação. A partir daí esse parceiro pode acessar um crédito via Pronaf, que não é controlado pelo Incra, é controlado pelo Banco do Brasil, hoje no valor de doze mil e quinhentos reais na categoria "A" do Pronaf, que antigamente era o crédito de Procera que chegou a um teto de sete mil e quinhentos reais. Então, a partir daí, está completado o projeto de assentamento.

Num segundo momento, eu queria entrar no ponto de como é que encontramos o Incra no Estado do Paraná. Nós fomos fazer o diagnóstico quando assumi o Incra em março deste ano, e tínhamos alguns dados estatístico que o próprio governo federal, em nível de Brasília, havia levantado, dados esse que apontavam um número de família assentadas durante esses anos de reforma agrária de quinhentos e vinte e quatro mil famílias e o IBGE mostrava que, no mesmo período, deixaram o campo 960 mil famílias de pequenos agricultores. Então, acende-se uma luz amarela quando começamos a

analisar esses números. Realizar assentamento de reforma agrária numa conjuntura onde muito mais agricultores deixam o campo do que o Governo consegue assentar, isso é uma incoerência. É preciso analisar o porquê de isso acontecer.

Acontece, quem é agricultor sabe, porque no Brasil nos últimos anos, se já não existiu uma política agrícola própria, que dirá nos últimos anos! A agricultura ficou efetivamente à mercê do mercado e obviamente o pequeno agricultor, não conseguindo competir nesse mercado, se inviabilizava economicamente e era obrigado a deixar o campo.

Então, o governo Lula de hoje tinha claro que é preciso construir uma política agrícola voltada, principalmente, para proteção do pequeno agricultor e também, do grande, que gera divisas, para que possamos desencadear um plano de reforma agrária e tenha certeza que esse plano funcione. Isso, na realidade, está sendo construído. O MDA através da Secretaria de Agricultura Familiar, o próprio Ministério da Agricultura já tem um plano pronto, não é um plano ideal, um plano já lançado este ano que vai ter um nível de proteção do pequeno agricultor muito maior do que tinha nos anos anteriores. Basta ver o volume de créditos que está sendo liberado este ano para agricultura como um todo.

Desde a grande até a pequena agricultura, talvez nunca recebeu um volume de recursos tão grande como está recebendo este ano, com uma política sendo montada de assistência técnica, de seguro agrícola, de garantia de preço mínimo e de acesso ao crédito, mas que esse acesso seja facilitado, ele não seja tão burocrático como é até o momento. Então, isso tem-se claro e está trabalhando-se nessa linha; não adianta desencadear um programa de reforma agrária sem uma política agrícola definida e clara.

Bom, mais especificamente no Incra do Estado do Paraná. O processo de reforma agrária no Estado do Paraná estava paralisado do ponto de vista de que nenhuma vistoria foi realizada nos últimos meses e não existia processo de desapropriação e nem de compra tramitando no Incra. Se pegarmos o número de novos assentados dos últimos três anos vamos verificar isso muito claramente. Em 1999 foram assentadas 2.900 famílias aproximadamente; no ano de 2000, esse número caiu para 2.300; no ano de 2001, veio para 1.200, e no último ano, de 2002 foram assentadas um pouco menos de 500 famílias.

Então, percebemos claramente que o processo estava sendo interrompido. Quem vê, quem analisa como é que se dá o processo de desapropriação, chega à conclusão de que é um processo moroso. Um processo a médio prazo. Não conseguimos dar resposta a curto prazo em termos de obtenção de terra, visto que os dados do Paraná apontam que um processo de apropriação leva 15 meses para se concluir. E hoje estamos trabalhando com uma meta de oito, na melhor das hipóteses.

O Paraná possui hoje 15.652 famílias assentadas, sendo que 14.500 aproximadamente, de reforma agrária. O restante são assentamentos do Estado do Paraná, de assentamentos da Eletrosul e projetos de colonização.

Essas 14.500 famílias se deram ao longo desses últimos 20 anos e nós no último cadastramento que fizemos no campo, encontramos um total de 15.500 famílias acampadas demandando a reforma agrária com uma pressão eminente porque estão acampadas embaixo de barracas de lona preta. Além do que, os cadastros do Incra, esses que foram feitos nos correios no governo passado, apontam uma demanda de 60.000 cadastros no Estado do Paraná.

Esse seria o número hoje, que teríamos de demandantes da reforma agrária no Estado, cadastrados e selecionados, esperando a reforma agrária, e, ao longo de 20 anos, foram assentadas 14.500 famílias.

Então, esse quadro foi o que pegamos do ponto de vista de estatística. Além disso, temos um passivo hoje, desses 15.000, em torno de 10.000 famílias que não completaram o processo de assentamento, ou seja, ou não receberam o recurso de habitação, ou não tiveram ainda os lotes demarcados, ou não receberam nenhum recurso de infra-estrutura ou parte desse recurso.

Então, existem hoje, no Estado do Paraná, mais de 10.000 famílias que não completaram o processo.

Por conta disso, que verificamos esse quadro caótico dentro dos assentamentos hoje, de arrendamento de lotes de reforma agrária, de venda de lote público da União que é de todo mundo, por conta desse abandono que estava a questão da reforma agrária.

Além disso, o Incra, pelas estatísticas que levantamos, necessitaria de mais de vinte e um milhões de reais para zerar o passivo de infra-estrutura dentro dos assentamentos. Ou seja, a liberação daquele teto de dois mil reais para a construção de estrada, distribuição de água e energia elétrica.

Encontramos assentamento hoje, por exemplo, temos em Palmas, que faz três anos que esses parceiros assinaram um contrato com o Incra e até agora moram ainda debaixo de lona preta, porque não tiveram seus lotes parcelados. Esse quadro que encontramos hoje, tendo que dar resposta para isso e com um orçamento que é um dos menores dos últimos 10 anos, qual foi o plano de trabalho que desenvolvemos, montamos, elaboramos e vem desencadeando até agora.

Reordenamos o Incra, as divisões para que todo esforço que tínhamos ou quase todo ele e os recursos financeiros se direcionassem para o setor fundiário, que é o setor de obtenção de terras.

Montamos um plano com a divisão técnica do Incra; esse plano foi desencadeado em junho e ele vai se concluir em dezembro, aonde vamos vistoriar mais de 300 propriedades, buscando obviamente terras improdutivas para desapropriação. Estamos procedendo doze vistorias por semana, tentando atingir essa meta que é dar resposta a essa demanda que está toda aí.

Obviamente que sabemos que dessas 15.500 famílias que estão acampadas, talvez, vamos trabalhar com a metade disso, eles não se enquadram no programa de reforma agrária ou talvez até se enquadrem, mas não têm perfil para serem assentados, porque, a partir da hora em que eles tiverem oportunidade de terem emprego na cidade, eles voltam para a cidade.

Também estamos trabalhando com essa meta hoje, mas mesmo assim teríamos um público alvo de 8.000 famílias para serem assentadas, que é essa demanda que tem no Paraná hoje, e tendo que dar resposta para isso num quadro que não está propício para atingir essas metas.

Hoje, no dia 20 de agosto, já realizamos mais de cem vistorias. Esse é o único ponto dentro do Incra que mantemos sigilo, são as áreas que estamos vistoriando; isso é sigilo absoluto. Dentro do Incra, só eu e mais dois técnicos sabemos dessas áreas que estamos vistoriando e sabemos o que estamos fazendo. Não podemos abrir isso para ninguém, apesar da insistência, porque isso pode gerar muita expectativa e não vai ser bom para ninguém.

Esse trabalho está sendo desenvolvido, está em prática, e isso eu queria deixar claro aos nobres deputados, que é o máximo que podemos fazer hoje, com a estrutura do Incra que temos e com os recursos que temos disponíveis, hoje, no Incra, no Paraná. Esse é o máximo que podemos fazer.

Estamos trabalhando com mais dois planos, que é o plano de moralização dos assentamentos e recuperação dos assentamentos antigos. A moralização no sentido que hoje se instalou um verdadeiro comércio de lote de reforma agrária e nós precisamos coibir isso, coibir sem ter dó de ninguém, porque isso é imoralidade. Nós não podemos permitir que se comercialize lote público, apesar de entendermos que uma boa parte dessas vendas se dão pela inviabilidade, onde eles tendem a ir embora para a cidade de novo, vendendo as suas benfeitorias e seus lotes ali.

Nós já desencadeamos esse trabalho, apesar de ter quinze funcionários para atender quinze mil e seiscentas famílias.

Então, é um número muito pequeno! Nós desencadeamos esse trabalho, estamos fazendo verdadeiros arrastões dentro dos assentamentos; obviamente estamos indo naqueles que apresentam uma situação mais caótica e mais crítica. Estamos fazendo verdadeiros arrastões, levantando irregularidades, levantando venda de lotes, porque nós estimamos que, hoje, em torno de cinco mil lotes de reforma agrária, dos quinze mil e seiscentos que nós temos, estejam em uma situação irregular, onde as famílias que estão vivendo nesse lote não são as originais e estão de uma maneira irregular. E nós vamos regularizar isso, regularizar as famílias que devem e têm que ser regularizadas e reintegrar a posse daquelas que não podem estar ali, porque não se enquadram no programa de reforma agrária.

Do ponto de vista de recuperação dos assentamentos, estamos trabalhando também para minimizar problemas, por exemplo, nós temos surto de hepatite em assentamento que não tem água potável e nós não temos minimamente esse recurso este ano. Temos ido a Brasília, conseguimos recursos para minimizar esses problemas e estamos trabalhando nessa recuperação desde a implantação de assistência técnica, que estamos contratando neste ano a liberação de recursos para a contratação de assistência técnica, até o parcelamento de áreas que não foram parceladas, ainda para dar conta de um assentado definitivamente ter o seu lote e poder sobreviver.

Então, quer dizer, eu, como superintendente do Incra no Estado do Paraná, com o poder que tenho, queria concluir dizendo que o máximo que podemos fazer hoje, enquanto superintendente, e os recursos que temos disponíveis, é isso. Percebemos que no campo da reforma agrária, hoje, quando se discute reforma agrária, os ânimos estão muito acirrados. Então, tem-se ideologizado demais a discussão da reforma agrária. E eu, como superintendente, tenho procurado tirar o sentimento da discussão da reforma agrária quando tenho dado entrevista, tenho conversado, para poder minimizar esse conflito do campo. Eu, francamente, posso dizer que talvez os dois lados tenham razão, porque o proprietário rural, quando tem a sua terra esbulhada, fica indignado com razão por ter a sua terra esbulhada.

Mas nós que já trabalhamos com reforma agrária, quando entramos num acampamento e vemos pessoas passando fome, passando frio na situação que estamos aí, nós, enquanto Poder Público, enquanto governantes, enquanto deputados, temos que dar uma resposta a isso. Então, acho que esse compromisso tem que ser de todo mundo. Tenho procurado dialogar e manter um bom relacionamento com todo mundo, desde sem-terra até ruralista. E acho que talvez esse meu perfil é que não tenha agradado muita gente, mas vai ser assim, porque não tem outro jeito de ser. A única maneira de agir é dessa maneira e acho que estamos trabalhando no caminho certo. Não tenho dúvida nenhuma que estamos fazendo um trabalho técnico e esse trabalho, hoje, é o máximo que podemos fazer e que, obviamente, sabemos que não podemos oferecer alternativas a curto prazo, mas é que o processo de desapropriação, o processo de reforma agrária é moroso. Não tem como ofertarmos resposta a essa demanda grande que está aí hoje. Isso é uma coisa impossível! Qualquer pessoa que esteja conduzindo esse processo, hoje, não vai conseguir ofertar a resposta a curto prazo.

Então, é um momento que precisa o envolvimento de todo mundo, do Governo do Estado, Governo Federal, do Executivo, do Legislativo, do Judiciário também para podermos chegar a um consenso e ganhar tempo para poder montar um plano de reforma agrária, porque é preciso um plano de reforma agrária que dê conta de deixar claras as normas; as metas que o Governo pretende atingir; como se vai dar o processo; as regiões que vão ser prioritárias; ser mais criterioso no processo de seleção;

colocar mais recursos; dar condições a essas famílias que foram assentadas de poder cultivar e dela viver, porque até hoje não se fez isso.

Então, tudo isso é preciso fazer e isso será sendo feito só que não se faz a curto prazo, isso precisa de um tempo e hoje estamos trabalhando no campo do conflito, por isso que ficamos andando no fio da navalha, para dizer o português mais claro, mas sabendo que está andando no fio da navalha, mas fazendo aquilo que tem que ser feito. Eu não tenho dúvidas, eu tenho a minha consciência absolutamente tranqüila disso e vamos, enquanto estivermos à frente do Incra, trabalharmos desta maneira, porque é a única maneira que temos para trabalhar.

Concluo, aqui, eu acho que talvez tenha um espaço para perguntas e respostas.

Eu queria fazer uma correção, ao presidente da Mesa, não o Hermas Brandão, mas o deputado José Maria, peço desculpas e é isso, deputado.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Nós agradecemos a sua fala, Sr. Celso Lisboa de Lacerda.

Senhor Celso Lisboa de Lacerda, o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, solicita a V. S. se tem pronunciamento a respeito de um encaminhamento desta Casa solicitando informações a respeito do andamento da reforma agrária no Estado do Paraná, que já foi encaminhado há questão de uns 12 dias atrás. E depois até mais 08 minutos para que alguém do plenário, se quiser, alguns senhores deputados, senhoras deputadas quiserem fazer alguma questão de ordem a V. S. estará, depois da sua explicação, à disposição.

Nós teremos, portanto, oito minutos para este período. O senhor tem alguma resposta?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA

Tenho, sim. Nós recebemos esse requerimento datado do dia 05 de agosto, o volume de informações solicitadas é muito grande, ele pede informações dos últimos vinte anos da reforma agrária no Estado do Paraná com valores pagos em áreas. Já estamos levantando esses dados e vamos encaminhar assim que estiver pronto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Com a palavra o deputado Plauto, para indagar o Sr. Celso Lacerda.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Bom, senhor superintendente, Celso Lacerda, eu já conheço na nossa cidade de Ponta Grossa, onde o senhor já foi secretário de Agricultura na administração do prefeito Péricles, Partido dos Trabalhadores. Como secretário de Agricultura do município realizou um bom trabalho, eu acompanhei uma boa parcela, junto aos

pequenos produtores daquele município. Agora, o senhor está em uma função um tanto quanto difícil em um momento que nós vivemos no Brasil uma situação um tanto quanto discutida a questão agrária no nosso País.

Celso, eu quero fazer quatro perguntas, nós tivemos uma declaração do secretário de Trabalho - Padre Roque Zimmermann, que por sinal residia na nossa cidade de Ponta Grossa por um bom tempo e foi eleito deputado federal por Ponta Grossa, pela nossa região, dizendo que o MST está contaminado, que o tráfico de drogas, e também o tráfico de armas, infiltrou-se dentro do Movimento Sem-Terra. A pergunta que eu tenho para fazer: o senhor concorda com essa declaração do Padre Roque, que tudo isso aconteceu, essa infiltração?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA

Eu queria dizer que, temos visto esses dias atrás, há questão de um mês, a Polícia prendeu alguns traficantes em um acampamento em Cascavel. Nós que trabalhamos nesse campo da reforma agrária, a gente sabe a maneira dos movimentos se organizarem, a população mais pobre e carente, a gente sabe que o MST arrebanha todo mundo, quem quiser ir para um acampamento embaixo de uma lona preta, vai. Então, eu não duvido que tenha criminosos e marginais infiltrados dentro, hoje, de acampamentos, eu não duvido disso, de maneira nenhuma. Nós temos o exemplo, até para citar esse exemplo, até para justificar o trabalho que estamos fazendo, nós temos hoje detectado, dentro de assentamento, traficante condenado cumprindo pena que está morando dentro de um assentamento instalado. E nós já estamos tomando providências para reintegrar a posse desse lote, nós não podemos permitir isso, até porque a justiça proíbe que um condenado ocupe um lote de reforma agrária.

Então, eu diria que não é de se estranhar que tenha dentro dos acampamentos hoje, condenados e criminosos. Porque o público que a gente trabalha hoje, é o mais pobre e miserável. Acho que talvez seja uma estratégia hoje do crime organizado; está-se escondendo dentro de acampamentos, porque é um local de conflito.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Essas famílias que são credenciadas ao Incra, para poder participar desse programa da reforma agrária, todas elas são pessoas e famílias que têm ligação com a terra?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA

Infelizmente, deputado, a própria legislação que regula a seleção de famílias, não é uma legislação que permite ao Incra fazer essa seleção. Ela exclui pessoas. Por exemplo: o funcionário público, o inválido, não pode ser beneficiário. Quem tem emprego não pode receber um lote. Mas a legislação não diz, claramente, que tem que ser um trabalhador rural, o que deveria dizer.

A gente entende que, hoje, uma pessoas para ser assentada, tem que ter vínculo com a terra ou ter tido esse vínculo.

Hoje, adotamos como norma, dentro do Incra, de nos primeiros assentamentos em que formos implantar, vamos priorizar as famílias que tiveram vínculo com a terra, com certeza. Infelizmente, a norma de seleção não exige esse critério.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

O atual governo federal tinha um orçamento, para a reforma agrária, de 400 milhões de reais e encolheu e enxugou esse orçamento, para 160 milhões de reais. Só no ano de 2001 tivemos no Brasil 100 mil famílias, que receberam título de posse. Todos nós esperávamos, no presidente Lula, uma velocidade maior na reforma agrária, por ele ter a sustentação política eleitoral de todos os movimentos, que são ligados à reforma agrária, como o MST e outros tantos movimentos em busca da terra.

Qual é o orçamento que temos para a reforma agrária, nesse ano de 2003, para o Estado do Paraná? Quantos milhões de reais nós temos à disposição, para que possamos fazer os assentamentos no nosso Estado?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA

O orçamento do Incra original era de 1.4 bilhão e com o contingenciamento que o governo fez, caiu para 1.1. A partir de setembro, agora, a gente tem a promessa do próprio ministro Miguel Rosseto, que essa diferença vai retornar aos cofres do Incra. No Estado do Paraná, o orçamento original para a obtenção de terra é de 15 milhões de reais. Para infra-estrutura, em um passivo de 21 milhões, é de um pouco menos de 600 mil reais. Esses 15 milhões, hoje, dariam para assentar em torno de 500 famílias, que é um número bastante irrisório. A gente tem feito esse pleito, em Brasília. Para dar um exemplo: as negociações da Fazenda Araupel e o governo, se compromete em suplementar o orçamento do Incra, no que for necessário.

Eu classificaria, para complementar a sua pergunta, eu não veria tanto a falta de recursos, hoje, para a reforma agrária. Eu colocaria, como o Estado do Paraná estava com a reforma agrária parada; temos que retomar o processo, que é lento, e não se consegue retomar isso, em um curto prazo. Acredito que, hoje, o grande empecilho na questão dos novos assentamentos, não é tanto o recurso.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Solicito ao Sr. Celso Lisboa de Lacerda, que conclua o seu pronunciamento.

Encerramos os 30 minutos do Grande Expediente.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Eu tinha mais um pergunta relacionada a uma área da nossa região.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Consulto ao Plenário se algum dos deputados tem mais alguma questão para fazer.

Esta presidência vai conceder mais cinco minutos, para que possamos concluir as perguntas ao Sr. Lacerda.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Celso, você conhece bem a Fazenda da Embrapa, em Ponta Grossa, famosa fazenda-modelo, onde foram feitas muitas pesquisas, tanto na área da agropecuária, quanto na área da agricultura e que ajudaram a fazer com que o nosso Brasil, o nosso Estado do Paraná, alcançassem essa produtividade que temos hoje, que está colocando o nosso Estado e o nosso Brasil, como destaque nas exportações de grãos e aonde a balança comercial tem ganho muito com esta produtividade de nosso Brasil inteiro, em especial Ponta Grossa. A Embrapa foi invadida em Ponta Grossa, As áreas de pesquisa da Embrapa foram tomadas por integrantes do MST.

Qual a linha de defesa e de ação que o Incra vai tomar com relação à questão da área de pesquisa da Embrapa, na cidade de Ponta Grossa?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA

A Embrapa é só uma empresa pública e por aquela área ser produtiva, nós fomos, obviamente, conversar com a Embrapa, porque ela é empresa de pesquisa, o Incra, o órgão responsável pela reforma agrária sobre a possibilidade da implantação ali de um projeto de assentamento. E a Embrapa, apesar de estar desenvolvendo pesquisas ali, ela na realidade se mostrou predisposta a liberar uma parcela dessa área para implantarmos um projeto de assentamento, mas um projeto diferenciado - seja voltado a pesquisa, até dentro de um convênio que está sendo feito, Incra-Embrapa, para direcionar pesquisas para a agricultura familiar.

Então, dentro deste modelo, estamos construindo ali uma proposta: não se assentar famílias meramente para sobreviverem ali, mas de serem foco de pesquisa para a agricultura familiar, em conjunto também com o governo do Estado, via Iapar.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Nós não vamos estar incentivando, Celso, mais uma escola de líderes no Movimento Sem Terra, com isso aí?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA

Na realidade estamos dando um enfoque para que a pesquisa hoje que a Embrapa realiza, ela não ser direcionada só para a grande agricultura, também para a cultura de feijão, de mandioca, de hortaliças, que a Embrapa praticamente estava paralisada com isto e a administração da Embrapa hoje até admite isso.

Então, seria um projeto de assentamento voltado à pesquisa, direcionada à agricultura familiar.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Inicialmente, parabenizar o Celso Lacerda, não só pela sua presença, pela sua serenidade, pelo seu trabalho dedicado à causa da reforma agrária e da agricultura, especialmente ao pequeno agricultor. Dizer que, reafirmar que ele goza da confiança dos paranaenses, do nosso Partido, está moralizando a questão da terra no Paraná e é preciso reafirmar e dissociar, sempre dissociar Incra do MST, PT, que são coisas absolutamente diferentes.

Eu queria perguntar, Celso, sobre o antigo Banco da Terra e o crédito fundiário - se há previsão de recursos especificamente já, uma previsão especificamente para esta questão - há em algumas áreas possibilidade de aquisição de terras por conta do preço da terra, independentemente se a terra é improdutiva ou não e se há perspectiva do antigo Banco da Terra, que é o projeto que nós não temos perspectiva, não é o nosso projeto, mas nessa área do crédito fundiário, se teria recursos para aquisição de terras para assentamentos rurais, fora da questão dos assentamentos já existentes?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA

Existe. O Governo está reestruturando o antigo Banco da Terra. Existem recursos e está se reestruturando a modalidade de contratação e centralização desses recursos. Todo mundo sabe que o Banco da Terra se deu, por exemplo, no Estado do Paraná, dentro do Paraná Doze Meses, aonde os Conselhos Municipais que determinavam o investimento. Isto está sendo mudado, mas existem recursos.

O governo lançou agora, recentemente um programa chamado "Minha primeira terra", que são recursos destinados a filhos de agricultores, para que adquiram o seu primeiro pedaço de terra.

Então, isto existe, obviamente vai ter um incremento de recursos muito maior a partir de 2004.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Também queria parabenizar o superintendente Celso Lacerda pelo brilhante desempenho frente ao Incra. A gente sabe de toda sua preocupação com esse problema social que temos hoje e muitas vezes não é visto desta forma. O problema que a gente vive hoje dos acampamentos, nós sabemos que não é deste ano, mas é uma questão - inclusive no seu relato deu para perceber bem o abandono que estava o Incra e também o abandono que estava a proposta de reforma agrária, no País.

A pergunta que eu gostaria de fazer é se, no processo de desapropriação ou no processo de assentamento a ser feito nos próximos meses, tem-se uma previsão disso? E levar-se-á em conta se terá prioridade algum acampamento que conhecemos, aqui no Estado, que há 4, 5 anos as famílias estão acampadas, se vai se levar em conta este tempo que as famílias estão lá à espera de uma reforma agrária ou se ainda não têm discussão ou critérios que serão usados logo que tiverem, vamos dizer

assim, uma carta branca, nesse sentido, para os assentamentos?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA

Esperamos estar ofertando terra para a reforma agrária num período mais curto possível. Acredito que em outubro agora já tenhamos terra a ofertar. E isso vai ganhando corpo. Obviamente, ao longo do tempo, vai ganhando corpo.

Vamos viver um dilema muito grande, vou dar um exemplo, termos 10 crianças chorando e uma mamadeira, ter pouca terra e muita gente para ocupá-la. Então, vamos ter que adotar critérios de seleção, o grau de pobreza da família, o tempo de espera para reforma agrária, mas, na realidade, vamos abrir esta discussão com mais gente, para não ficar só dentro do Incra.

Muito obrigado, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Consulto às lideranças dos demais partidos se abrem mão do horário de lideranças, tendo em vista a outra Sessão que virá a seguir.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

A pedido do deputado Nereu Moura e a propósito dos pronunciamentos dos deputados Durval Amaral, Elio Rusch e também, a propósito do noticiário do jornal de hoje sobre o aumento das tarifas de eletricidade no Paraná.

Acabo de falar pelo telefone com o diretor da Copel, Dr. Gilberto Kluger e ele me informa que o governador do Estado, dos Estados Unidos, onde se encontra, disse que vai manter o desconto de 25% nas tarifas de eletricidade para quem pague os talões em dia na forma da sua decisão. Desautorizando, portanto, tanto o que falaram os deputados, quanto o que publicou a imprensa.

No Paraná, porque a Copel é nossa, o governador decidiu contrariar a Agência Nacional de Energia Elétrica, dar aos paranaenses que pagam a eletricidade em dia o correto, justo e necessário desconto, porque a Copel é nossa.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu usaria o horário do PTB para fazer um agradecimento, mas como V. Exa. pediu bastante rapidez, eu gostaria de me associar aqui às palavras do deputado André Vargas, nosso presidente do PT, e fazer um agradecimento ao ministro Humberto Costa, da Saúde, que esteve aqui ontem. É justo a gente criticar, mas é justo a gente agradecer também.

Então, quero fazer aqui um agradecimento, de público, ao ministro Humberto Costa. Estivemos em Brasília, o deputado Plauto esteve junto, o prefeito Péricles esteve junto, a deputada Selma do PT esteve conosco, e nós reivindicamos as UTI's tão esperadas para a região de Ponta Grossa. Ontem o ministro veio aqui exatamente fazer essa assinatura e o secretário

Cláudio Xavier se empenhou e conseguiu elevar o teto. Agora em Ponta Grossa, senhor presidente, deixamos de ter 18 leitos de UTI e passamos a ter 34 nos próximos 30 dias.

Então, acho que isso é uma vitória, principalmente nossa, aqui da Assembléia, que lutamos por isso e é um merecido elogio ao secretário Cláudio Xavier e ao ministro do governo do PT, do governo do nosso ministro Humberto Costa, que cumpriu com a sua palavra quando estivemos em Brasília.

Então, quero ser justo e independente de ser adversário petista em Ponta Grossa e registro aqui os bons préstimos neste momento, que vai defender os interesses do povo de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Muito obrigado.

Parabéns ao deputado André Vargas pelo seu pronunciamento.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do ex-prefeito de Assaí, José Carlos da Cruz, foi prefeito por dois mandatos e se encontra nas galerias desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Esta Presidência registra, portanto, a presença do ex-prefeito José Carlos da Cruz.

O SR. ELIO RUSCH

O deputado Plauto iria falar no horário da Liderança da Oposição, porque ele tinha um assunto que ele gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Peço ao deputado Plauto que abra mão. Ele ocupou todo o período dos oito minutos que havíamos lhe concedido, ocupou todos os cinco. Eu pediria que numa próxima Sessão o deputado fizesse isso, porque teremos outra Sessão.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Só uma informação.

Recebi a prestação de contas do governador Requião, que eu encaminhei o pedido ao Tribunal Regional Eleitoral. E, na prestação de contas, não consta doação nenhuma dos bingos à sua campanha eleitoral. Só deixar frisado que, em cima disso, começa a ser coletar as assinaturas para formação de uma CPI, para investigar se houve as doações ou não e por que não foi declarado na prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Agradeço a sua compreensão.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 73/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a criação da Delegacia da Mulher na cidade de Telêmaco Borba. **A Comissão de Segurança.**

Indicação nº 74/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, sugerindo a criação do Instituto Médico Legal na cidade de Telêmaco Borba. **À Comissão de Segurança Pública.**

Projeto de lei de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 16 (dezesesseis), de autoria do deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/2003, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Natálio Stica, que institui o Regimento Interno da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. EMENDAS DE PLENÁRIO E SUB EMENDA DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM PARECER FAVORÁVEL.**

COMISSÃO EXECUTIVA

EMENDAS AO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2003

P A R E C E R :

Foram apresentadas duas emendas de plenário ao Projeto de Resolução nº 09.2003, que tem por objetivo criar a Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Para salvaguardar os direitos dos funcionários do Quadro Próprio da Secretaria do Poder Legislativo estamos apresentando uma Sub-emenda às emendas apresentadas ao parágrafo 1º do artigo 4º, que, temos certeza, contemplará os interesses maiores desta Casa de Leis.

Palácio XIX de Dezembro, em 18.08.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

**SUB-EMENDA AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2003**

O § 1º do art. 4º do Anexo do Projeto de Resolução nº 009/2003, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º -.....

§ 1º - O cargo de diretor deverá ser ocupado por funcionário do Quadro Próprio da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, detentor de diploma de nível superior”.

Palácio XIX de Dezembro, em 18.08.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprobadas as emendas de Plenário e Sub-emenda da Comissão Executiva.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que normaliza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IML's e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E SP.**

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria da deputada Elza Correia e dos deputados Ailton Araujo e Barbosa Neto, devidamente apoiado.

Emenda Aditiva de Plenário, de nº 02, de autoria do deputado Elio Rusch, devidamente apoiada.

Emenda Aditiva de Plenário de nº 03, de autoria do deputado Antonio Anibelli, devidamente apoiada, todas nos seguintes termos:

**SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 008/2003**

Art. 1º - Os serviços funerários, incluindo a fabricação e o fornecimento de caixões mortuários, o transporte dos mortos, a instalação e manutenção de velórios e outros serviços complementares, são livres à iniciativa privada, assegurada a livre vontade dos familiares do falecido.

Parágrafo Único - É vedada a garantia de exclusividade à empresa prestadora de serviços funerários no âmbito dos Institutos Médicos Legais do Paraná.

Art. 2º - O disposto nesta lei não se aplica aos municípios que, em face de sua competência para legislar e regulamentar os serviços funerários locais, administram com exclusividade esses serviços.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(aa) ELZA CORREIA
AILTON ARAÚJO
BARBOSA NETO

Apoiamento:

Cida Borghetti, Antonio Anibelli.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Acresce o seguinte artigo ao projeto de Lei nº 008/2003, com a redação que especifica:

“Art. -.... Ressalva-se o direito do município de Curitiba em manter os serviços funerários conforme sua própria legislação vigente”.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Marcos Isfer e 2 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o município de Curitiba possui lei específica regulamentando o serviço funerário (Lei nº 10.595 de 05 de dezembro de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 696, de 22 de maio de 2001), de conformidade com o artigo 72 e inciso IX, do art. 11 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, há necessidade de respeitar esta regulamentação diante do interesse local em legislar sobre a matéria.

Assim sendo, propõe-se acrescentar o artigo acima citado.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Acrescenta artigo ao Projeto de Lei nº 008/2003, com a seguinte redação:

“Art... - Em casos de cremação, as funerárias deverão prestar serviços de locação de urna funerária para o transporte do féretro”.

Sala das Sessões, em 20.08.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Chico Noroeste, Barbosa Neto, Geraldo Cartário, Delegado Bradock, Pastor Edson Praczyk.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Em discussão. Em votação.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)

Esse projeto vai retornar à CCJ. Mas quero destacar a presença, aqui, do presidente da Sefespar, que é o Sindicato das Funerárias do Paraná, está aqui o senhor Nilson e também o senhor Miguel, o Gélcio e o Nilson José Zancol.

E eu queria dizer, que a matéria desse projeto que está sendo apresentado, não está infringindo dispositivo nenhum do ponto de vista dos municípios do Paraná. Apenas estamos disciplinando o trabalho que é executado pelo Instituto Médico Legal do Paraná. E aceitamos todas as emendas e serão encaminhadas para a CCJ, para depois serem discutidas em plenário.

Obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (Para discutir)

É muito oportuno esse projeto, já que sabemos dos traumas que muitos familiares passam, principalmente, nos Institutos Médicos Legais com familiares vítimas de acidente ou vítimas de crimes que esperam a liberação dos seus corpos, num momento tão difícil. E também em relação à liberação dos corpos por parte das empresas funerárias e em alguns municípios, como é o caso de Londrina, onde o serviço é municipalizado. Nós sabemos dessas discussões.

Por isso, gostaria de chamar a atenção aqui dos senhores, das senhoras deputadas e dos senhores deputados que aqui se encontram para um substitutivo geral proposto pela deputada Elza Correia, pelo deputado Ailton Araújo e também sou seu signatário, que garante a competência dos municípios. Esse substitutivo irá para apreciação da CCJ e esperamos que seja salvaguardada essa indicação desses três deputados que falamos aqui e também em relação aos Institutos Médicos Legais para evitar a exclusividade de empresas prestadoras de serviço.

Lá em Londrina tem a Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários das grandes conquistas que o advento dessa empresa - que municipalizou os serviços e retirou das funerárias que disputavam corpos, chegando a colocar em risco, houve até morte em Londrina, cerca de vinte, trinta anos por causa da disputa de corpos, colocando em risco a família que já estava aviltada pelo falecimento e é esse o parecer que eu gostaria de solicitar aqui dos membros da CCJ e também dos membros desta Casa.

Estou defendendo aqui essa idéia da deputada Elza Correia e também do deputado Ailton Araújo. A deputada não se encontra, mas gostaria que isso constasse aí, para que pudéssemos analisar com carinho esse Substitutivo Geral.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Encerrada a discussão.

O projeto será remetido à CCJ para análise das emendas.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Onive dos Santos - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Daniel Portela - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no distrito de Jaracatiá e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda Substitutiva Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar Harry Guido Greipel, com sede no município de Piên e foro no município de Rio Negro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o Jeep Clube de Curitiba, com sede e foro na comarca de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Apoio Casa de Passagem, com sede no município de Curitiba e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Missão SOS Vida, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a Prefeitura Municipal

de Goioerê, dos lotes de terras nºs 01 a 17, da quadra 114 da Planta Geral da cidade de Goioerê, de propriedade do governo do Estado do Paraná, para construção de prédio destinado ao funcionamento de Escola Municipal. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no Da nº 002/2003, de 20/02/2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 54/2003

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Nelson Tureck, o presente projeto visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação para a Prefeitura Municipal de Goioerê, dos lotes de terras nºs 01 a 17, da quadra 114 da Planta Geral da cidade de Goioerê, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para construção de prédio destinado ao funcionamento de escola municipal.

Fundamentação

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o presente projeto, constatou não haver nele as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, cláusulas estas obrigatórias em projetos desta natureza.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos emenda modificativa ao artigo 1º do projeto em questão, alterando o parágrafo único, incluindo-se as cláusulas aqui mencionadas.

É o parecer favorável, na forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 054

Altera o parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 054/2003.

“Parágrafo Único - O imóvel referido no *caput* desta artigo, será utilizado pela prefeitura municipal para construção de prédio destinado ao funcionamento de escola municipal, com quadras poliesportivas, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se, automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venhaM a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade”.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 54/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao município de Goioerê, os lotes de terras nºs 01 a 17, da Quadra 114 da Planta Geral da cidade de Goioerê, de propriedade do Estado do Paraná, que será destinado para construção de prédio o qual será destinado ao funcionamento de escola municipal.

A referida doação é de interesse do município de Goioerê, o qual pretende desenvolver na área melhorias para o atendimento dos estudantes daquele município.

Face ao exposto, tendo em vista que a proposição em epígrafe vem atender aos interesses maiores da população daquele município e objetivos da administração municipal.

Ao ser consultada esta douta Comissão, nada obsta, sendo assim nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2003.
(aa) VANDERLEI IENSEN - Presidente
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê - Adhigo, do lote de terra nº 02, da quadra 56 da planta geral da cidade de Goioerê, de propriedade do governo do Estado do Paraná, para construção da sede própria da entidade. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CTIC. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2003, de 20.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 55/2003

Relatório

Da autoria do deputado Nelson Tureck, o presente projeto visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação para a Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê - Adhigo, do lote de terra 02, da quadra 56, da planta geral da cidade de Goioerê, para a construção da sede própria da referida entidade.

Fundamentação

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o presente projeto constatou não haver nele as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, cláusulas estas obrigatórias em projetos desta natureza.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos emenda modificativa ao artigo 1º do projeto em questão, alterando o parágrafo único, incluindo-se as cláusulas aqui mencionadas.

É o parecer favorável, na forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 55/2003

Altera o parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 055/2003.

“Parágrafo Único - O imóvel referido no *caput* deste artigo, será utilizado pela Adhigo para construção da sede própria da entidade, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade”.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 55/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 55/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê - Adhigo, do lote de terra nº 02, da quadra 56 da Planta Geral da cidade de Goioerê-PR, de propriedade do governo do Estado do Paraná, para construção da sede própria da entidade.

Fundamentação

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 8º do artigo 33, do Regimento Interno. O projeto em análise é de grande substância aos interesses sociais e aos portadores destes males que afligem grande parte da população brasileira.

Sendo assim, somos pelo parecer favorável ao encaminhamento do duto Plenário.

Sala das Comissões, em 13.08.2003.

(aa) VANDERLEI IENSEN - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Assistência à Criança Cega - Face, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2003, de 28.04.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 229/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Tadeu Veneri, declara de Utilidade Pública a Fundação de Assistência à Criança Cega - Face, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Instituto São Miguel Arcanjo, com sede e foro no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2003, de 05.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 240/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, declara de Utilidade Pública o Instituto São Miguel Arcanjo, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Allan Kardec, com sede e foro na cidade de Irati. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 028/2003, de 28.04.2003).**

VEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2003, de 07.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 247/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Allan Kardec, com sede e foro no município de Irati.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Tamarana e foro no município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 302/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado José Maria Ferreira, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Tamarana e foro no município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.859 de 06.11.2002, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 048/2003, de 16.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 343/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, que propõe a alteração do artigo 1º da Lei Estadual nº 13.859/2002, para alterar a denominação da Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede na cidade de Icaraíma, para inclusão do nome Amigos.

Não há qualquer óbice formal na proposição do ilustre deputado quanto à constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao projeto de lei do ilustre deputado Nelson Garcia.

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública o Lar de Apoio às Crianças e Adolescentes de Foz do Iguaçu - Laca, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2003, de 18.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 356/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade Pública o Lar de Apoio às Crianças e Adolescentes de Foz do Iguaçu - Laca, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do secretário municipal de Esporte e Lazer, Sr. Juliano Borghetti, que está presente neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Esta Presidência associa-se à solicitação da deputada Cida Borghetti pede o registro na Ata da presença da ilustre visita.

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 1650, 1708 e 1709, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1651 a 1654, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1657 e 1658 de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1659 e 1661 de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1662 e 1663 de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1664 de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1667 de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1669 de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1671 de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1672 a 1677 de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1678, 1679, 1711 e 1712, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1680 a 1682 de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1684 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1703 de autoria do deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1705 de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1706 de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1710 de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Solicitaria ao deputado Tadeu Veneri, até para orientar o Plenário: qual é a mensagem do governador que está sendo encaminhada à Casa?

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, o projeto que deve vir a esta Casa, diz respeito à unificação das faculdades estaduais, as universidades. Está sendo solicitado por diversas cidades para que possamos fazer, através da Comissão de Educação, debates nessas cidades que vão ser diretamente atingidas, como é o caso de Apucarana.

Apucarana terá, como é de seu conhecimento, a sua faculdade, pela proposta do governo, vinculada à Universidade Estadual de Londrina.

Nesse sentido, devemos ouvir o secretário Rizzo aqui na Comissão e, posteriormente, levar essa posição do governo para que possamos fazer debates nos locais, que se a lei for aprovada, serão atingidos.

O princípio da audiência pública é para que possamos ouvir as pessoas e saber o que é que vai impactar nas suas vidas.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Encerrada a discussão.

Em votação requerimento de autorização de audiência pública.

Pela manifestação do Plenário, considero aprovado.

Alerto aos senhores na sequência teremos uma Sessão Solene em homenagem ao Sr. Annibal Bianchini da Rocha.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 009/2003 e do Projeto de Lei n° 029/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 054, 055, 229, 240, 247, 302, 343 e 356/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 030, 031, 173, 295, 320, 361 e 367/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações n° 004, 008, 032, 044, 045, 046, 051, 059 e 065/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
6ª SESSÃO ORDINÁRIA - UTILIDADE PÚBLICA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Elton Carlos Welter, Chico Noroeste, Tadeu Veneri, Doutor Luciano, Delegado Bradock, Pastor Edson Praczyk, Nelson Justus, Durval Amaral e Neivo Beraldin. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, com base na alínea “b”, do inciso II, do artigo 28 do Regimento Interno, aprovando os projetos de lei a seguir, que objetivam declarar entidades de Utilidade Pública. 01) Projeto de Lei nº 275/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO em Redação Final; 02) Projeto de Lei nº 358/2003, de autoria da deputada Elza Correia. Parecer Favorável com emenda da CCJ - APROVADO em Redação Final. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Elton Carlos Welter, Chico Noroeste, Plauto Miró Guimarães, Doutor Luciano, Vanderlei Iensen e Ailton Araujo. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da reunião anterior, em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Antonio Anibelli - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 76/2003, de autoria do deputado Chico Noroeste - O deputado Chico Noroeste, autor da matéria, solicita a RETIRADA DE PAUTA por quatro reuniões - DEFERIDO pelo presidente; 02) Projeto de Lei nº 11/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. O deputado Hermes Fonseca SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 03) Projeto de Lei nº 22/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin- Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer, na forma de emenda substitutiva anexa - APROVADO, com voto contrário do deputado Elton Carlos Welter; 04) Projeto de Lei nº 111/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer CONTRÁRIO do deputado Tadeu Veneri, encaminhando para Indicação Legislativa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 112/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer CONTRÁ-

RIO do deputado Tadeu Veneri, encaminhando para Indicação Legislativa. APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 113/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer CONTRÁRIO do deputado Tadeu Veneri, encaminhando para Indicação Legislativa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 203/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste - APROVADO, com voto contrário do deputado Elton Carlos Welter; 08) Projeto de Lei nº 211/2003 de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer favorável do deputado Chico Noroeste - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do deputado Elton Carlos Welter; 09) Projeto de Lei nº 252/2003 de autoria do deputado Doutor Luciano. O deputado Elton Carlos Welter solicita vistas - CONCEDIDA pelo presidente; 10) Projeto de Lei nº 262/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock, lido pelo deputado Antonio Anibelli - APROVADO, com voto contrário do deputado Elton Carlos Welter; 11) Projeto de Lei nº 284/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. O deputado Duílio Genari SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 12) Projeto de Lei nº 326/2003 de autoria do deputado Barbosa Neto. O deputado Doutor Luciano SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 13) Projeto de Lei nº 343/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia favorável do deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 373/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock, lido pelo deputado Antonio Anibelli- APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 145/2003, de autoria dos deputados Geraldo Cartário e Delegado Bradock. Parecer CONTRÁRIO do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 271/2003 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. O deputado Elton Carlos Welter SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 17) Projeto de Lei nº 304/2003 de autoria do deputado Durval Amaral. O deputado Elton Carlos Welter SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 18) Projeto de Lei nº 325/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock, lido pelo deputado Antonio Anibelli - APROVADO, com voto contrário do deputado Elton Carlos Welter; 19) Projeto de Lei nº 229/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 302/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermas Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Elton Carlos Welter, Chico Noroeste, Doutor Luciano, Tadeu Veneri, Delegado Bradock, Pastor Edson Praczyk, Nelson Justus, Durval Amaral Neivo Beraldin e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Antonio Anibelli - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 430/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria do deputado André Vargas e outros. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 19/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 49/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer CONTRÁRIO do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus - APROVADO, com voto contrário do deputado Elton Carlos Welter. 06) Projeto de Lei nº 186/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 187/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus - APROVADO, com voto contrário do deputado Elton Carlos Welter; 08) Projeto de Lei nº 273/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. O deputado Tadeu Veneri, relator, requer a RETIRADA DE PAUTA da presente matéria - DEFERIDO pelo presidente; 09) Projeto de Lei nº 274/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. O deputado Antonio Anibelli REQUER A RETIRADA de pauta da presente matéria - DEFERIDO pelo presidente; 10) Projeto de Lei nº 286/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. O deputado Durval Amaral SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 11) Projeto de Lei nº 297/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. O deputado Tadeu Veneri, relator, requer a RETIRADA DE PAUTA da presente matéria - DEFERIDO pelo presidente; 12) Projeto de Lei nº 350/2003, de autoria dos deputados Barbosa Neto e Elza Correia. O presidente determina a retirada de pauta da presente matéria a pedido da deputada Elza Correia, autora do projeto; 13) Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 271/2003, de

autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer CONTRÁRIO do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. O deputado Delegado Bradock SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 16) Projeto de Lei nº 294/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 303/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Os deputados José Maria Ferreira e Marcos Isfer SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 18) Projeto de Lei nº 304/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 305/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. O deputado José Maria Ferreira SOLICITA VISTAS. CONCEDIDA pelo presidente; 20) Projeto de Lei nº 357/2003, de autoria das deputadas Cida Borghetti, Luciana Rafagnin, Elza Correia e Arlete Caramês. O deputado Elton Carlos Welter SOLICITA VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 21) Projeto de Lei nº 365/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv. O deputado Elton Carlos Welter, relator, requer RETIRADA DE PAUTA da presente matéria - DEFERIDO pelo presidente; 22) Projeto de Lei nº 368/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês. O deputado Elton Carlos Welter SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo presidente; 23) Projeto de Lei nº 371/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Neivo Beraldin, lido pelo deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 318/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri. Os deputados Marcos Isfer e Doutor Luciano SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente; 25) Projeto de Lei nº 252/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. O deputado Doutor Luciano, autor, requer a RETIRADA DE PAUTA da presente matéria - DEFERIDO pelo presidente; 26) Projeto de Lei nº 397/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 399/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 401/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 406/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL DO deputado Duílio Genari - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 407/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 410/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lucia Andretta - Secretária

Ata de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO BANESTADO ATA DA 27ª REUNIÃO

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Ademir Bier, Doutor Luciano, Waldir Leite, Pedro Ivo Ilkiv, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Ailton Araújo e Francisco Bühner. Participou também da composição da Mesa o Ilmo. Sr. Roberto Falcão, delegado da Polícia Federal. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir o deputado Neivo Beraldin passou a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli, que requereu a quebra de sigilo bancário e fiscal das quatro seguintes empresas que contrariam empréstimo junto ao Banestado nas ilhas Grand Cayman no ano de 1998: Redran Construtora de Obras Ltda., Tucumann Engenharia e Empreendimentos Ltda., Jabour Toyopar Empreendimentos e Comércio de Veículos Ltda. e Trebbor Informática Ltda. Em votação. APROVADO. A seguir o senhor presidente solicitou a presença do depoente Eraldo Ferreira, que após a leitura do termo de compromisso passou a responder às indagações dos deputados-membros. Logo após o deputado Neivo Beraldin solicitou que o senhor Ércio de Paula Santos, ocupasse o lugar reservado aos depoentes e lesse o termo o termo de compromisso. O seu defensor, o advogado Alessandro Silvério, solicitou a palavra e afirmou que o seu cliente não iria prestar o compromisso legal. A justificativa apresentada foi de que o seu constituinte é réu em processo judicial da 2ª Vara Criminal Federal do Paraná e que as suas declarações poderiam ser usadas contra si. O deputado Ailton Araújo propôs que o depoente respondesse às perguntas, reservando o direito de não o fazer, nos casos em que pudesse produzir provas contra si mesmo. Apesar de o depoente não ter prestado o compromisso legal, respondeu algumas indagações. Como as respostas não satisfaziam os anseios da Comissão, o deputado Neivo Beraldin dispensou o depoente, alertando-o que ficasse no recinto, visto que poderia ser chamado novamente. A seguir o deputado Neivo Beraldin solicitou a presença do terceiro depoente, o ex-diretor do Banestado, Valdir Perin. Este apresentou-se acompanhado do mesmo defensor do depoente anterior. Quando solicitado a prestar o compromisso legal, seu advogado informou que o seu constituinte não iria fazê-lo. O depoente não prestou o compromisso legal, limitando-se a ficar calado. O senhor presidente propôs que os depoen-

tes fossem ouvidos em sessão reservada. O deputado Fernando Ribas Carli concordou com o deputado Ailton Araújo, que em reunião reservada os depoentes também não iriam prestar as informações necessárias à Comissão. O deputado Neivo Beraldin perguntou ao senhor Valdir Perin se ele, numa Sessão reservada, concordaria em colaborar com esta Comissão. Este, passou a palavra ao seu advogado, Alessandro Silvério, que respondeu o seguinte: na qualidade de advogado e defensor dos interesses de Valdir Perin e Ércio de Paula Santos, nós não temos interesse mais em colaborar com esta Comissão. Nós não prestaremos o compromisso de dizer a verdade. O senhor presidente manifestou a sua indignação diante do fato de que servidores de um banco público se recusaram a prestar compromisso legal e colaborar com os trabalhos da Comissão. Enfatizou também ser um fato inédito neste Parlamento e que todos que aqui estiveram, funcionários, diretores, servidores do alto escalão do Banco Central do Brasil, ex-presidentes do Banestado, presidentes de instituições financeiras privadas, prestaram o compromisso legal e atenderam aos propósitos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O deputado Delegado Bradock considerou o comportamento dos depoentes um desrespeito à sua pessoa, como parlamentar e delegado de Polícia. A íntegra das perguntas e respostas dos depoentes e demais declarações, constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados-membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA - 26/08/2003 ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 273/2003, autor deputado Barbosa Neto, que autoriza a criação da disciplina de Informática para a Rede Pública. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 12.06.2003. Vistas ao deputado Antonio Anibelli em 24.06.2003.**

Projeto de Lei nº 274/2003, autor deputado Barbosa Neto, que autoriza a inclusão do Sistema de Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental da Rede Pública. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 12.06.2003. Vistas ao deputado Antonio Anibelli em 24.06.2003.**

Projeto de Lei nº 284/2003, autor deputado Durval Amaral, que autoriza a iniciativa privada a auxiliar financeiramente o ensino fundamental e médio nas escolas

públicas estaduais. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 02.07.2003. Vistas ao deputado Duílio Genari em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 286/2003, autor deputado Plauto Miró Guimares, que proíbe a comercialização de pneus usados importados no Estado do Paraná. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 02.07.2003. Vistas ao deputado Durval Amaral em 19.08.2003.**

Projeto de Lei nº 292/2003, autor deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre benefícios para doadores de sangue. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 05.08.2003. Vistas ao deputado Delegado Bradock em 19.08.2003.**

Projeto de Lei nº 297/2003, autor deputado Rafael Greca, que autoriza a inclusão do ensino de língua italiana nas escolas da Rede Pública Estadual. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 12.06.2003. Vistas ao deputado Antonio Anibelli em 24.06.2003.**

Projeto de Lei nº 303/2003, autor deputado Durval Amaral, que denomina a escola do Conjunto Habitacional José Giordano em Londrina, de Escola Estadual professora Roseli Piotto Roehrig. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 05.08.2003. Vistas ao deputado Marcos Isfer em 19.08.2003.**

Projeto de Lei nº 305/2003, autor deputado Mauro Moraes, que proíbe as Instituições de Ensino Fundamental, Médio e Superior, de impedir a formatura e de não expedir o diploma de alunos inadimplentes. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 02.07.2003. Vistas ao deputado José Maria Ferreira em 19.08.2003.**

Projeto de Lei nº 326/2003, autor deputado Barbosa Neto, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Londrina o uso de terreno de sua propriedade, onde está localizado o 3º Distrito da Polícia Civil do Jardim Bandeirantes, para a construção de um Centro Cultural. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 02.07.2003. Vistas ao deputado Doutor Luciano em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 357/2003, autoras deputadas Cida Borghetti, Luciana Rafagnin, Elza Correia e Arlete Caramês, que revoga o parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 12.975/2000 (Polícia Militar). **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 04.08.2003. Vistas ao deputado Elton Carlos Welter em 19.08.2003.**

Projeto de Lei nº 365/2003, autor deputado Pedro Ivo Ilkiv, que altera a Lei nº 9242, que criou o município de Vila Alta Nova. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 04.08.2003.**

Projeto de Lei nº 368/2003, autora deputada Arlete Caramês, que determina a reserva de assentos para portadores de necessidades especiais nos ônibus de empresas de transporte rodoviário intermunicipal. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 04.08.2003. Vistas ao deputado Elton Carlos Welter em 19.08.2003.**

Proposição-Veto nº 30/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 125/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri que dispõe sobre a alteração da Lei nº 11.911/77 (Transporte Gratuito para Deficientes Me-diante Apresentação de Atestado). **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 05.08.2003.**

Proposição-Veto nº 31/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão que dispõe sobre a alteração da Lei nº 13.131/2001 (Doação de Imóvel ao Município de Ibiporã). **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 05.08.2003.**

Proposição-Veto nº 32/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 176/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que dispõe sobre a prestação de serviços e ações de saúde aos usuários do SUS, bem como seus direitos e responsabilidades, no Estado do Paraná. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 05.08.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 318/2003, autor deputado Tadeu Veneri, que acrescenta parágrafo ao artigo 53 da Lei nº 6174/70 (carga horária dos funcionários da Saúde). **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 02.07.2003. Vistas aos deputados Marcos Isfer e Doutor Luciano, em 19.08.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 329/2003, autor deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 02.07.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 32/2003, autor deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veícu-

los e Acessórios do Estado do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 164/2003, autor deputado Her-
mas Brandão, que declara de Utilidade Pública a APAE
de Salto do Itararé, com sede e foro na cidade de Salto do
Itararé. **Relator deputado Duílio Genari, designado em
20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 184/2003, autor deputado Her-
mas Brandão, que declara de Utilidade Pública a APAE
de Tomazina, com sede e foro no município de Tomazina.
**Relator deputado Duílio Genari, designado em
20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 212/2003, autora deputada Luci-
ana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Funda-
ção de Saúde Itaguapy, com sede e foro no município de
Foz do Iguaçu. **Relator deputado Duílio Genari, desig-
nado em 20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 298/2003, autor deputado Natálio
Stica, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cul-
tural Siqueirense, com sede e foro no município de
Siqueira Campos. **Relator deputado Duílio Genari,
designado em 20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 419/2003, autor deputado José
Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Asso-
ciação Comercial e Industrial de Bela Vista do Paraíso,
com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso.
**Relator deputado Duílio Genari, designado em
20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 420/2003, autor deputado José
Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Lions
Clube Apucarana Vitória Régia, com sede e foro no
município de Apucarana. **Relator deputado Duílio
Genari, designado em 20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 434/2003, autora deputada Elza
Correia, que declara de Utilidade Pública a APM da
Escola Estadual Professora Etelvina Cordeiro Ribas, com
sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado
Duílio Genari, designado em 20.08.2003.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAUTA - 26.08.2003
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 273/2003, autor deputado Bar-
bosa Neto, que autoriza a criação da Disciplina de Infor-
mática para a rede pública. **Relator deputado Tadeu
Veneri. Designado em 12.06.2003. Vistas ao deputado
Antonio Anibelli em 24.06.2003.**

Projeto de Lei nº 274/2003, autor deputado Bar-
bosa Neto, que autoriza a inclusão do Sistema de Educa-
ção em Tempo Integral no Ensino Fundamental a rede
pública. **Relator deputado Tadeu Veneri. Designado
em 12.06.2003. Vistas ao deputado Antonio Anibelli
em 24.06.2003.**

Projeto de Lei nº 284/2003, autor deputado Durval
Amaral, que autoriza a iniciativa privada a auxiliar finan-
ceiramente o ensino fundamental e médio nas escolas
públicas estaduais. **Relator deputado Delegado Bra-
dock. Designado em 02.07.2003. Vistas ao deputado
Duílio Genari em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 286/2003, autor deputado Plauto
Miró Guimarães, que proíbe a comercialização de pneus
usados importados no Estado do Paraná. **Relator depu-
tado José Maria Ferreira. Designado em 02.07.2003.
Vistas ao deputado Durval Amaral em 19.08.2003.**

Projeto de Lei nº 292/2003, autor deputado Mauro
Moraes, que dispõe sobre benefícios para doadores de
sangue. **Relator deputado Tadeu Veneri. Designado
em 05.08.2003. Vistas ao deputado Delegado Braddock
em 19.08.2003.**

Projeto de Lei nº 297/2003, autor deputado Rafael
Greca, ensino de língua italiana nas escolas da rede
pública estadual. **Relator deputado Tadeu Veneri.
Designado em 12.06.2003. Vistas ao deputado Antonio
Anibelli em 24.06.2003.**

Projeto de Lei nº 303/2003, autor deputado Durval
Amaral, que denomina a escola do conjunto habitacional
José Giordano em Londrina, de Escola Estadual Profes-
sora Roseli Piotto Roehrig. **Relator deputado Tadeu
Veneri. Designado em 05.08.2003. Vistas ao deputado
Marcos Isfer em 19.08.2003.**

Projeto de Lei nº 305/2003, autor deputado Mauro
Moraes, que proíbe as instituições de ensino fundamen-
tal, médio e superior, de impedir a formatura e de não
expedir o diploma de alunos inadimplentes. **Relator
deputado Tadeu Veneri. Designado em 02.07.2003.
Vistas ao deputado José Maria Ferreira em
19.08.2003.**

Projeto de Lei nº 326/2003, autor deputado Bar-
bosa Neto, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Lon-
drina o uso de terreno de sua propriedade, onde está
localizado o 3º distrito da Polícia Civil do Jardim Bandei-
rantes, para a construção de um Centro Cultural. **Relator
deputado Delegado Braddock. Designado em
02.07.2003. Vistas ao deputado Doutor Luciano em
12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 357/2003, autor deputados Cida Borghetti, Luciana Rafagnin, Elza Correia e Arlete Caramês, que revoga o parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 12.975/2000 (Polícia Militar). **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 04.08.2003. Vistas ao deputado Elton Carlos Welter em 19.08.2003.**

Projeto de Lei nº 365/2003, autor deputado Pedro Ivo Ilkiv, que altera a Lei nº 9.242, que criou o município de Vila Alta Nova. **Relator deputado Elton Carlos Welter. Designado em 04.08.2003.**

Projeto de Lei nº 368/2003, autor deputada Arlete Caramês, que determina a reserva de assentos para portadores de necessidades especiais nos ônibus de empresas de transporte rodoviário intermunicipal. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 04.08.2003. Vistas ao deputado Elton Carlos Welter em 19.08.2003.**

Proposição veto nº 30/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 125/2003 de autoria do deputado Tadeu Veneri que dispõe sobre a alteração da Lei nº 11.911/77 (transporte gratuito para deficientes mediante apresentação de atestado). **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.08.2003.**

Proposição veto nº 31/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 166/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão que dispõe sobre a alteração da Lei nº 13.131/2001 (doação de imóvel ao município de Ibiaporã). **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.08.2003.**

Proposição veto nº 32/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 176/2003 de autoria do deputado Doutor Luciano que dispõe sobre a prestação de serviços e ações de saúde aos usuários do SUS, bem como seus direitos e responsabilidades, no Estado do Paraná. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.08.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELADORES

Projeto de Lei nº 318/2003, autor deputado Tadeu Veneri, que acrescenta o parágrafo ao artigo 53 da Lei nº 6174/70 (carga horária dos funcionários da saúde). **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 02.07.2003. Vistas aos deputados Marcos Isfer e Doutor Luciano em 19.08.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELADORES

Projeto de Lei nº 329/2003, autor deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias. **Relator deputado Elton Carlos Welter. Designado em 02.07.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 32/2003, autor deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e acessórios do Estado do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 164/2003, autor deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a APAE de Salto do Itararé, com sede e foro na cidade de Salto do Itararé. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 184/2003, autor deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a APAE de Tomazina, com sede e foro no município de Tomazina. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 212/2003, autor deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Itaipu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 298/2003, autor deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Siqueirense, com sede e foro no município de Siqueira Campos. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 419/2003, autor deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 420/2003, autor deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Lions Clube Apucarana Vitória Régia, com sede e foro no município de Apucarana. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 20.08.2003.**

Projeto de Lei nº 434/2003, autor deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Estadual Professora Etelvina Cordeiro Ribas, com

sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado
Duílio Genari. Designado em 20.08.2003.**